

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 165

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>José Maria Ferreira</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i>	
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE NOVEMBRO DE 1999**

(terça-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Justus, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moisés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Fernando Ribas Carli e Orlando Pessuti (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2434

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido

o duto Plenário, seja retirado por 20 (vinte) sessões, o Projeto de Lei nº 503/99, de autoria do nobre Deputado Tony Garcia - “Dispõe sobre o calendário Escolar da Rede Pública de Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Paraná”, para que o mesmo seja devidamente apreciado pela Comissão de Educação desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) **ALGACI TULIO**

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em questão - 503/99 - trata de assunto pertinente à Educação e como tal, deve passar pela análise e apreciação da Comissão de Educação desta Casa de Leis.

Outrossim, este assunto encontra-se em discussão naquela Comissão, motivo pelo qual solicitamos a retirada do presente projeto de lei da pauta do Plenário.

REQUERIMENTO Nº 2410

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inversão da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) **HERMAS BRANDÃO**

REQUERIMENTO Nº 2427

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário prorrogação do prazo, por mais 60 dias, dos trabalhos da Comissão Especial da UNIOESTE.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) **CHICO NOROESTE**

REQUERIMENTO Nº 2429

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o Plenário, seja formada Comissão Parlamentar Especial, composta por sete (07) membros, -- a fim de acompanhar e apoiar as investigações da CPI do Narcotráfico da Câmara Federal no Estado do Paraná.

O referido pedido se justifica pelo fato de haver fortes indícios de que o Narcotráfico possua importantes conexões e rotas no Estado do Paraná, sendo portanto, de vital importância o apoio deste Parlamento, para elucidação dos tentáculos do narcotráfico no Paraná.

A imprensa tem noticiado fartamente prováveis ligações do Narcotráfico no Paraná, diante das quais esta Casa não pode ficar à margem da apuração de tais suspeitas, sob pena de omissão e ser duramente cobrada pela opinião pública.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(aa) **ÂNGELO VANHONI, HERMES FONSECA,
LUCIANA RAFAGNIN e PÉRICLES MELLO**

REQUERIMENTO Nº 2430

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM que seja enviado ofício à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da Câmara Federal, que investiga o narcotráfico em nosso país), para que envie representante a este Poder Legislativo para relatar sobre a inclusão do Paraná no roteiro do narcotráfico.

O noticiário sobre as investigações da referida CPI estão eivados de informações sobre a atuação dos narcotraficantes no território paranaense, inclusive de conexão com o Cartel de Cali, lavagem de dinheiro e financiamento de campanhas eleitorais com recursos oriundos dessa prática criminosa.

A sociedade paranaense precisa ver esclarecidas estas informações, sendo um dever deste Legislativo auxiliar na apuração dos fatos. A presença de integrantes da CPI nesta Casa é fundamental para que os integrantes deste Poder possam tomar conhecimento dos trabalhos da Comissão da Câmara Federal, em especial aqueles que dizem respeito ao Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(aa) PÉRICLES MELLO, ÂNGELO VANHONI, HERMES FONSECA e LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2433

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com fulcro no art. 34, inc. II, do Regimento desta Casa de Leis com 07 (sete) membros, para que no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apure as possíveis irregularidades na compra de equipamentos das Polícias Civil e Militar, tendo em vista as notícias vinculadas pela imprensa estadual e nacional. Entre elas, a compra de jaquetas para a Polícia Militar e as operações de aquisição de equipamento realizadas pelas duas polícias.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) RICARDO CHAB

Apoiamento:

Renato Gaúcho, Luiz Carlos Martins, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Algaci Tulio, Péricles Mello, Miltinho Puppio, Antonio Baratter, José Maria Ferreira, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Zuk, Tiago Amorim Novaes, Beraldin, Albanor Gomes, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi, Ademir Bier, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Antonio Annibelli, Luciana Rafagnin, Pastor Edson Praczyk, Divanir Braz Palma e um ilegível.

REQUERIMENTO Nº 2445

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam convidados o Diretor Presidente da TIM TELEPAR Celular e o Diretor Presidente da TELEPAR Fixa, para prestarem esclarecimentos sobre cobrança indevida de tarifas telefônica, junto à Comissão de Defesa do Consumidor.

O referido pedido justifica-se por inúmeras reclamações de cobrança indevida por parte de usuários.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2398

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, um voto de pesar à família Krüger, residente no Município de Quatro Pontes, pelo falecimento de José Gedu Krüger.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 2432

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do funcionário deste Poder Legislativo, Gerson Evangelista Passos ocorrido dia 07/11/99, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, no último dia 07/11, nesta Capital o funcionário deste Poder, Gerson Evangelista Passos que deixou viúva Dona Rezi Marques Vieira Passos e 02 filhas.

O passamento de Evangelista Passos veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Deputado.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos tem muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu Servo Gerson Evangelista Passos.

O tempo e a distância jamais poderão apagar do nosso coração a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Será grande o céu e a paz sobre Gerson Evangelista e o seu descanso não terá fim desde agora e para todo o sempre.

Deus nos ensinou a falar como alguém que aprendeu Dele para que saibamos dar uma palavra de conforto à pessoa abatida. Sr., abençoei a família de Gerson Evangelista Passos, para que continue num ambiente de paz e

harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que Ele faz merece fé. Deus ama o direito e a justiça transborda em toda a terra a sua graça. Guardará seu Servo Gerson sob a sua constante proteção para que renovado pelos sacramentos pascais chegue à luz da ressurreição, alargando os horizontes do nosso coração fazendo com que nossas preces se abram em todas as direções para que possamos colher com fé e viver com amor os mistérios que nos deu participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Passos, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para todos conforto.

REQUERIMENTO Nº 2438

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família enlutada da Sra. Maria Rita Machado Ferreira, funcionária deste Poder Legislativo, falecida em data de 09/11/99, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Faleceu em data de 09/11/99, de problemas cardíacos a Sra. Maria Rita Machado Ferreira.

Era funcionária do Serviço Médico, Setor de Oftalmologia deste Poder Legislativo, onde, por muitos e incansáveis anos atendeu a todos que por ali passaram em busca de socorro para a sua saúde.

À família enlutada, os votos de pesar do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2439

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado voto de pesar, à família do Sr. Elias Abraão Melhem, ex-vice Prefeito de Guaruapuava, pelo seu falecimento no dia de ontem, 15/11/99.

O Sr. Elias Melhem, foi vice-Prefeito de Guaruapuava no período de 76 a 82, deixa viúva a esposa Maria e as filhas Célia e Eliane, além de genros e netos.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 2440

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado voto de pesar, à família da Sra. Alice Buschele Pires, em Guarapuava, PR.

A Sra. Alice deixa 6 filhos: Gabriel, Guilherme, Marisa, Carlos Eduardo e Marília, além de genros e netos.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

REQUERIMENTO Nº 2399

Senhor Presidente.

O Deputado Caíto Quintana, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa voto de congratulações pelo transcurso, no próximo dia 14, do 47º aniversário de instalação do Município de Santo Antonio do Sudoeste.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Napoleão Adamante, DD. Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e à Associação Comercial do referido município.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2400

Senhor Presidente.

O Deputado Caíto Quintana, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa voto de congratulações pelo transcurso, no próximo dia 14, do 48º aniversário de instalação do Município de Capanema.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Valter José Steffen, DD. Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e à Associação Comercial do referido município.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2401

Senhor Presidente.

O Deputado Caíto Quintana, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa voto de congratulações pelo transcurso, no dia de amanhã, do 36º aniversário de instalação do Município de Realeza.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Francisco Dors, DD. Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e à Associação Comercial do referido município.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2402

Senhor Presidente.

O Deputado Caíto Quintana, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais,

respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado em Ata dos trabalhos desta Casa voto de congratulações pelo transcurso, no dia de hoje, do 36º aniversário de instalação do Município de Planalto.

Requer, ainda, seja dado conhecimento deste requerimento ao Exmo. Sr. Nelson Luersen, DD. Prefeito Municipal, à Câmara de Vereadores e à Associação Comercial do referido município.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2403

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Município de Mangueirinha, pelo transcurso, no próximo dia 30 de novembro/99, do seu 53º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Elídio Zimerman de Moraes, Prefeito Municipal; ao vice-Prefeito Sr. Sebastião Brandoli Chaves, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem toda a população de Mangueirinha.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando o Município de Mangueirinha comemora os seus 53 anos de emancipação política, vemos com muita alegria que o esforço, a dedicação e o trabalho diuturno desenvolvido por seus administradores de todos os tempos não foi em vão, mas muito contribuiu para despertar a crença num futuro voltado ao progresso cada vez maior daquela região.

Portanto, está de parabéns a população de Mangueirinha nesta significativa data de 30 de novembro/99, em que vê transcorrer mais um aniversário de sua emancipação política.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, orgulha-se em transmitir a todos, com este voto, o reconhecimento e admiração pela dedicação ao longo desses anos, num trabalho sério e honesto voltado ao bem comum.

REQUERIMENTO Nº 2407

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Florisvaldo de Jesus Torrecilhas e Maria Madalena da Silva Torrecilhas, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos

anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2409

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Juarez José Senter e Aderli Hach Senter, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2411

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Aloir Pedro Coelho e Neide de Fátima da Silva Coelho, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar

vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2437

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à AMATUR - Associação dos Municípios Turísticos do Paraná (Assembléia Legislativa do Estado - DSE), pela posse de sua nova Diretoria.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Municípios Turísticos do Paraná empossou, em 26 de outubro, sua nova Diretoria, que ficou assim composta:

Diretoria Eleita:

Presidente	Siegfried Boving
1º Vice-Presidente	Ademar Ferreira de Barros
2º Vice-Presidente	Gil Lorusso do Nascimento
Secretário Geral	Mário M. das Dores Roque
2º Secretário	Everson Kravetz
Tesoureiro	Claudioni Braga
2º Tesoureiro	Antonio Cabrera de Sá
Dir. de Coordenação	Rafael de Lala Sobrinho

Diretores:

Antenor Batista da Rocha
Waltzer Donini
Harry Daijó
Maria Aparecida Z. Udenal

Conselho Deliberativo e Fiscal:

Presidente	Orlando Conforto
------------	------------------

Membros Efetivos

Hélio Gaissler de Queiroz
Edmundo Bora
Vilson Santini
Munira Peluso

Membros Efetivos

Izabete Cristina Pavin
Maria Inês Botelho
Same Saab
Paulo Tódero

Suplentes:

Jorge Luiz M. Tavares
Claudio Vilas Boas Furini
Jodicley Schinemann
Aguilar Silva
Genard Barreto
Wilson Portes
Edmur Francisco dos Santos
Rosemari Kaluf

Pela posse e desejando muito sucesso, receba toda a nova Diretoria da AMATUR, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, votos de congratulações, pelo 48º Aniversário do Município de Contenda, a ser comemorado no dia 14 do corrente mês.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito Municipal, Senhor Wilson Baumnel Piel, e ao Presidente da Câmara Municipal, Senhor Hélio Vaz Padilha.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) ALBANOR GOMES

REQUERIMENTO Nº 2446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado votos de congratulações à Associação Comercial de Pato Branco, à Sociedade Rural e ao SEBRAE parabenizando pela brilhante promoção e organização da VII EXPOPATO, Exposição Feira Agropecuária, Industrial e Comercial, realizada no período de 06 a 14 de novembro no parque de Exposições em Pato Branco.

Do aprovado, requer ainda, que do presente se dê ciência através de correspondência à Diretoria da Associação Comercial, e Industrial de Pato Branco, Endereço: Rua Xavantes, 315 - Caixa Postal 282, CEP 85501-220 - Pato Branco, à Sociedade Rural - Rua Benjamim Borges

dos Santos, 1121 - CEP 85503-350 - Pato Branco e ao SEBRAE - Av. Tupy, 333 - Caixa Postal 493 - CEP 85504-000 - Pato Branco-PR.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

REQUERIMENTO Nº 2415

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, que seja consignado em Ata da sessão de hoje votos de louvor à Ilma. Senhora Maria Belfort Sparapan - Professora Aposentada em Iguaçu, vencedora do Concurso "A Mais Bela Idosa do Paraná em 1999", eleita no dia 01.10.99, em Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Maria Belfort Sparapan, participa do Clube da Terceira Idade de Iguaçu-PR, Professora aposentada, viúva, tem 04 filhos e 05 netos.

Venceu em 30.07.99, a nível de Município em Iguaçu, em 31.08.99, a nível da Região - AMUSEP e em 01.10.99, em Foz do Iguaçu, a nível de Estado.

Requer, após a devida aprovação pelos nobres Pares, requer seja expedida correspondência a Senhora Maria Belfort Sparapan, residente à Rua Antonio Cesário, 280 em Iguaçu-PR, CEP: 86.750-000, bem como cópia para o Exmo. Senhor Sebastião Aurélio da Silva - DD. Prefeito Municipal de Iguaçu - Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - CEP: 86.750-000.

REQUERIMENTO Nº 2416

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Senhor Cássio Taniguchi, DD. Prefeito Municipal de Curitiba, solicitando a construção de uma ponte entre as Ruas Amilcare Bientinezi e João Rodrigues Pinheiro, no Bairro Capão Raso, para atender o deslocamento dos moradores a outros bairros.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Os moradores da Rua Amilcare Bientinezi e adjacências, solicitam através de abaixo-assinado a construção de uma ponte que ligue a Rua Amilcare Bientinezi e João Rodrigues Pinheiro - Capão Raso, tendo em vista que os moradores necessitam se deslocar para outros bairros.

Atualmente não a passagem veículos e pedestres é impraticável, e que o local é depósito de lixo, causando proliferação de insetos, ratos, etc.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres Pares, visando encaminhar, através de ofício, o presente ao Sr. Cássio Taniguchi, DD. Prefeito Municipal de Curitiba,

Palácio 29 de Março, 2º andar, Centro Cívico, CEP: 80530-908, Curitiba-PR, a fim de que seja analisada a solicitação dos moradores.

REQUERIMENTO Nº 2404

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para que instrua a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, no sentido de atender o pedido da Sra. Angela Andrade, residente à Rua José Sebastião Baltazar, nº 787, Conjunto Caiuá - CIC, que em nome dos usuários do ônibus da linha Fazenda Rio Grande - CIC, conforme abaixo-assinado anexo, pede a colocação de mais carros para resolver o problema de superlotação. Nos finais de semana essa linha não funciona, dificultando o transporte dos usuários. Pede-se uma solução para os problemas acima citados, tendo em vista que vários são os usuários que dependem exclusivamente desse meio de transporte e estão sendo prejudicados. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 245-9957.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2405

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da Senhora Maria de Lurdes Lima Garcia, residente à Rua Maceió, nº 901, Vila Macedo, Município de Piraquara, que pede a verificação quanto a entrega de correspondências em sua residência. Afirma ela que nem todas as correspondências lhe são entregues e quando ocorre a entrega, geralmente chegam atrasadas. A situação se complica quando trata-se de pagamento, acarretando-lhe prejuízos. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 773-1125.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2406

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo nas ruas do Bairro Tatuquara - Moradias Saroti. Os moradores nos procuraram fazendo tal solicitação tendo em vista os vários acontecimentos que vêm ocorrendo no bairro e não há segurança alguma.

Se possível, eles pedem a implantação de um Módulo Policial no bairro.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2408

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de atender o pedido da Sra. Elizabete Ferreira de Jesus, residente à Rua José Rompkowski nº 1 Jardim Guairacá - Passaúna, que pede a troca de 01 (uma) lâmpada queimada do poste sito na esquina desta rua. Há muito tempo que a mesma encontra-se queimada. Vários pedidos já foram feitos para essa Prefeitura, porém não atendidos. O local fica muito escuro e perigoso à noite. Pede também a passagem da máquina na rua em que reside devido a mesma encontrar-se intransitável. Pede ainda, que o caminhão de lixo passe em sua residência também nas sextas-feiras, uma vez que passa nas proximidades e não conclue todo o trajeto. Nas terças-feiras, o caminhão faz o trajeto completo, passando em sua residência. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 372-8793.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2412

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ou o retorno do Módulo Policial na Praça Osório Centro. Infelizmente o Módulo Policial foi retirado dessa praça e em consequência começaram a ocorrer com muita frequência, assaltos, roubos e estragos nos veículos. A situação encontra-se muito crítica e, segundo uma moradora do local, após às 18:00 hrs, não tem coragem de sair de sua casa nem mesmo para comprar pão. Os acontecimentos sucedem-se durante a semana, agravando-se principalmente aos domingos, devido a presença de "pivetes" perigosos que ficam agredindo e assaltando os transeuntes. Somente em uma tarde de domingo, 01 (um) carro foi arrombado e todos os objetivos do seu interior furtados, 02 (dois) carros riscados, 02 (dois) carros danificados e 01 (um) carro roubado. Todas as noites vários problemas ocorrem e os moradores imploram por um policiamento mais ostensivo. O ideal é a reimplantação do Módulo Policial. Até um abaixo assinado já foi entregue na Prefeitura Municipal de Curitiba referente ao módulo, porém não atendido.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2413

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Marina Teófilo Guimarães, residente à Rua Piraquara nº 487 - Jardim Roma, que pede providências que venham sanar o problema de enchentes ocasionado quando chove, pelo rio sito ao lado de sua residência. Muitos transtornos são causados a ela e aos moradores das proximidades. Pede urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2414

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da Sra. Neusa Machado, residente à Travessa Taboão nº 67 - Bairro Abranches, que pede a implantação de mais um poste de iluminação pública em frente ao Motel Chale, sito a Rodovias dos Minérios - Município de Almirante Tamandaré. O local é muito escuro a noite e perigoso. Tal pedido já foi encaminhado à COPEL através de nosso Ofício LCM/AL/17.813/99 e recebemos a respectiva resposta daquela empresa sob Ofício SDDR-C6/1017/99 (cópias anexas), atribuindo a responsabilidade de iluminação pública para essa Prefeitura. Desta forma, estamos formalizando o referido pedido para essa Municipalidade. O atendimento do presente beneficiará toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2442

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Renato Follador, Secretário Especial para Assuntos de Previdência, solicitando o Balanço Geral do PARANAPREVIDÊNCIA do exercício de 1998 e os Balancetes de Janeiro de 1999 até Outubro de 1999, discriminadas as despesas, as receitas e a forma que foi integralizado o Capital Social, identificando-os.

Por conhecermos o trâmite das negociações que o Governo Estadual vem fazendo junto ao Governo Federal no sentido de antecipar a alienação dos direitos aos royalties, que tem por fim constituir capitalização do Fundo de Previdência, é que carecemos dos referidos dados.

Diante disso, este Deputado espera ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2431

Senhor Presidente.

O Deputado, abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER informações nos termos do art. 135 do Regimento Interno e do Art. 55 da Constituição Estadual, ao Ilustre Senhor José Tavares, DD. Secretário de Estado da Justiça e Cidadania, no sentido de esclarecimento dos motivos e fundamentos legais para a celebração do Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, denominado “experimental”, entre o Estado do Paraná e Humanitas Administração Prisional Privada S/C Ltda, para o pleno funcionamento da Penitenciária Industrial de Guarapuava, incluindo em suas explicações qual a base para a dispensa do procedimento licitatório, como foi escolhida a empresa supra mencionada e como foram realizados as contratações dos funcionários que irão atuar no Presídio Industrial de Guarapuava.

O presente pedido fundamenta-se no papel primordial do Poder Legislativo enquanto fiscalizador e controlador do Poder Executivo, como dispõe o Art. 54, XXVIII da Constituição Estadual. Além do dever de sempre zelar pelos princípios constitucionais, como o princípio da legalidade, da moralidade e da publicidade do atos da administração pública.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2441

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, REQUER o envio de expediente à Exce-lentíssima Senhora Maria Elisa Paciornik, Secretária de Estado da Administração, solicitando as seguintes informações sobre a movimentação do quadro de servidores da administração direta durante o período de 1995 até outubro de 1999:

- o número de servidores da administração direta que se aposentaram;
- o número de falecimentos de servidores ativos e inativos ocorridos e
- o número de contratações, por Secretaria.

Tendo em vista que esta Casa irá votar projeto de lei que prevê antecipação dos royalties da Itaipu Binacional com vista à capitalização do Fundo de Previdência, torna-se de extrema importância o conhecimento destes dados para maior compreensão do processo e para encaminharmos a votação.

Diante disso, este Deputado espera ver o presente requerimento aprovado pelos senhores parlamentares.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO Nº 2446-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Exce-lentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Heinz Georg Herwig, solicitando informações sobre as empresas pedagogadoras que operam no Anel de Integração em nosso Estado, a partir de junho de 1998, conforme abaixo:

1 - Qual foi o valor do investimento das concessionárias na construção das praças de pedágio? (especificar o valor das 6 pedagogadoras).

2 - Qual foi o valor do investimento aplicado na recuperação das rodovias? (especificar itens pintura, recape, roçada, sinalização, etc.).

3 - Qual o valor do investimento com pessoal?

4 - Qual o valor da folha de pagamento das concessionárias?

5 - Que tipo de impostos incidem sobre a arrecadação das pedagogadoras?

6 - Qual o valor do investimento com construção de postos de atendimento, ambulâncias, guinchos, veículos fiscalizadores?

7 - Qual o valor arrecadado pelas pedagogadoras desde junho/98 até a presente data?

8 - Quais foram as obras executadas nas rodovias concessionadas, além daquelas consideradas obras de manutenção?

Tais solicitações tem por finalidade fundamentar nossas ações parlamentares além de informar aos usuários aonde e como estão sendo aplicadas as arrecadações, uma vez que essa pasta ficou com a responsabilidade de fiscalizar os atos das funções sociais e o cumprimento das obrigações contratuais entre as empresas pedagogadoras e o Governo do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 2428

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a transcrição nos Anais desta Casa de Leis, do Editorial do Jornal Gazeta do Povo do dia 16 de novembro de 1999, com o tema “O Problema da Dívida”, anexo ao presente.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) EDGAR BUENO

Apoioamento:

José Maria Ferreira, Nereu Moura, Luciana Rafagnin, Péricles Mello, Caíto Quintana, Luiz Carlos Zuk, Hermes Fonseca, Edson Strapasson, Ademir Bier, Waldyr Pugliesi e Antonio Annibelli.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 568/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Mandaguaçu.

Art. 2º - As dependências e as despesas de funcionários necessárias para o funcionamento de CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Mandaguaçu.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento do funcionário público municipal a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Mandaguaçu.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Mandaguaçu.

Mandaguaçu conta atualmente com uma população aproximada de 16.000 habitantes que necessitam deslocar-se para outro município para que possam regularizar suas situações junto ao Departamento de Trânsito, causando transtornos àquela população.

Com a criação da CIRETRAN de Mandaguaçu, também os Municípios de São Jorge do Ivaí, Floráí e Ourizona serão beneficiados, o que justifica perfeitamente o propósito do presente projeto de lei.

A população estimada dos municípios beneficiados com a criação da CIRETRAN de Mandaguaçu, São Jorge do Ivaí (5.600 habitantes), Floráí (5.100 habitantes) e Ourizona (3.100 habitantes).

Conto com o apoio dos nobres Pares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 569/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Sindicato Rural de Marialva, com sede e foro na Cidade de Marialva - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa declarar de Utilidade Pública Estadual o Sindicato Rural de Marialva, o qual foi constituído para fins de coordenação, proteção e representação legal da categoria econômica rural, com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações.

As prerrogativas do Sindicato Rural de Marialva visa proteger os direitos e representar os interesses de sua categoria perante as autoridades administrativas e judiciais, colaborar com o Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e soluções dos problemas que se relacionem com as atividades da economia que representa, entre outras, conforme demonstra estatuto e relatório de atividades anexo.

Desta forma, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação dessa nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 570/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar, através do Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Paçandu.

Art. 2º - As dependências e as despesas de funcionários necessárias para o funcionamento de CIRETRAN ficarão a cargo do Município de Paçandu.

Art. 3º - Ao Departamento de Trânsito - DETRAN/PR, caberá o treinamento do funcionário público municipal a ser colocado à disposição da CIRETRAN de Paçandu.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva autorizar o Poder Executivo a criar a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Paçandu.

Paçandu conta atualmente com uma população aproximada de 30.000 habitantes que necessitam deslocar-se para outro município para que possam regularizar suas situações junto ao Departamento de Trânsito, causando sérios problemas àquela população.

Com a criação da CIRETRAN de Paçandu, também os Municípios de Doutor Camargo e Ivatuba serão beneficiados, o que justifica perfeitamente a criação de tal Circunscrição.

A população estimada dos municípios beneficiados com a criação da CIRETRAN de Paçandu, totaliza 38.000 habitantes, uma vez que Doutor Camargo e Ivatuba pos-

suem 5.800 e 2.500 habitantes respectivamente, além do município pólo que conta com 30.000 habitantes.

Desta forma, conto com os nobres Pares na aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 571/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores, Proprietários e Amigos do Balneário Shangri-lá - AMOR, no Município de Paranaguá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores, Proprietários e Amigos do Balneário Shangri-lá - AMOR, é uma Sociedade Civil de direito privado, fundada em 10 de janeiro de 1987, com tempo e duração indeterminada, tendo como sede o Balneário Shangri-lá e foro a Comarca de Paranaguá.

A Entidade não tem fins lucrativos e suas finalidades compreendem, como objetivo básico a união de seus integrantes, para a solução dos problemas do Balneário, e desenvolvimento da Comunidade, orientando a constante conservação da praia, praças e logradouros, com participação e colaboração ativa junto aos poderes públicos.

Encontra-se registrada no Cartório de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Paranaguá, no livro A-4, sob o nº 940 em 16.02.87.

A documentação, que instrui este projeto encontra-se dentro das normas da Lei 6.994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoioamento e conseqüentemente aprovação a esta proposta de lei, que tem por fim reconhecer publicamente o esforço e o trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 572/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a criar Casas de Apoio, visando a promoção e reintegração de ex-presidiários à vida comunitária, implementando projetos de profissionalização e de atendimento social.

Art. 2º - O Poder Executivo, regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo, autorizar o Chefe do Poder Executivo implantar e desenvolver projetos e programas de apoio aos ex-presidiários, através da criação de Casas de Apoio, onde os ex-detentos terão a oportunidade de preparar-se psicologicamente e profissionalmente para retornar com mais segurança ao convívio social.

Nestas Casas de Apoio, o ex-presidiário contará com atendimento psicológico, espiritual dentre outros, bem como, orientação profissional com posterior encaminhamento ao mercado de trabalho, mediante parceria com as empresas.

Estas Casas de Apoio serão órgãos de extrema importância para estes cidadãos, no período de transição, considerando as dificuldades que encontram na reintegração à sociedade, inclusive, a rejeição familiar e profissional.

Devido a rejeição e o preconceito imposto pela sociedade a estes cidadãos, e por falta de mecanismos de apoio moral e espiritual, muitos acabam voltando à senda do crime.

Pelo alto valor e alcance social do projeto ora proposto, solicito aos nobres colegas Parlamentares, o apoio irrestrito à aprovação da matéria em epígrafe.

PROJETO DE LEI Nº 573/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - CIEADEP, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Convenção das Igrejas Evangélicas Assembléia de Deus no Estado do Paraná - CIEADEP, foi criada no dia 22.04.60, é pessoa jurídica de direito privado, de duração indeterminada, sem fins lucrativos, com sede e foro à Rua Almirante Tamandaré, 364 - Alto da XV, nesta Capital, registrada sob nº 739343 do livro "A" de Pessoas Jurídicas do 1º Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas, cadastrada no CNPJ sob nº 78.552.817/0001-60, tendo

como objetivo principal, o desenvolvimento de projetos nas áreas sociais, educacionais, culturais e religiosas, estando em pleno funcionamento em cumprimento ao disposto em seus estatutos.

A CIEADEP desenvolve atividades na área de assistência social, profissionalização, atendimento à criança e ao adolescente, ao idoso e ao dependente químico, através de inúmeras instituições por ela mantidas, além, de desenvolver o projeto educacional em todos os níveis, desde a educação infantil ao universitário, atendendo aproximadamente 5.000 pessoas por mês.

Dentre as instituições mantidas pela CIEADEP, destacamos a Confederação Evangélica de Assistência Social - Lar Esperança, o Colégio Charles Simon Ludgren - SCL, ensino de 1º e 2º Graus Regular e Supletivo e a Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras - FACEL.

Face ao exposto e considerando a relevância dos serviços prestados pela CIEADEP junto à sociedade, inclusive envolvendo órgãos públicos municipais, estaduais e federais, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública, esperando contar com o apoio irrestrito dos demais parlamentares à aprovação da matéria em apreço.

PROJETO DE LEI Nº 574/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associações de Moradores da Comunidades de Quatro Pinheiros, com sede no Município de Mandirituba e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores da Comunidade de Quatro Pinheiros foi fundada, em 03 de maio de 1995, com a finalidade de colaborar com as obras e iniciativas que procuram promover o bem estar moral e material da coletividade do Bairro de Quatro Pinheiros, assim como dar solução a qualquer problema humano, de caráter social ou individual, que chegue ao conhecimento da associação e que a solução esteja ao seu alcance.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 575/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Hospital de Caridade São Francisco de Assis, com sede no Município de Rio Azul e foro no Município de Rebouças.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O Hospital de Caridade São Francisco de Assis, entidade filantrópica e sem fins lucrativos, tem prestado um excelente e dedicado serviço médico-hospitalar a todos que dele necessitarem, com prioridade máxima à população carente do Município de Rio Azul e toda a região.

Isto posto, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

HOSPITAL DE CARIDADE
SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Rio Azul, 10 de novembro de 1999.

Excelentíssimo Senhor

Nelson Justus

M.D. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Curitiba-PR

O Hospital de Caridade São Francisco de Assis, entidade filantrópica e sem fins lucrativos, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes, do Ministério da Fazenda sob nº 80.759.111/0001-15 e no Conselho Nacional de Serviços Social conforme o processo nº 86.216/52, sediada no município de Rio Azul - PR, na rua Coronel Hortêncio Martins de Mello, 78, CEP 84560-000, vem, por meio deste solicitar a Vossa Excelência a concessão do Título de Utilidade Pública Estadual, por se tratar de entidade dedicada a prestação de serviços na área da saúde e atendendo a mais de 90% das internações através do Sistema Único de Saúde (SUS). Foi fundado em dois de novembro de um mil novecentos e quarenta e sete. Apresenta a documentação em anexo.

Certos de sua compreensão e colaboração, atenciosamente.

(aa) JÚLIO VITAL CHAVES

Presidente

DR. CELSO PALLÚ

Provedor

PROJETO DE LEI Nº 576/99
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube da Amizade Sem Fronteira - CASF/PR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Clube da Amizade Sem Fronteiras, sociedade civil de caráter assistencial, filantrópicas, sem fins lucrativos, de duração ilimitada, firmada para atendimento às pessoas carentes e itinerantes vindas do interior do Estado e que necessitem de amparo na Capital.

Proporcionará também apoio às famílias para atividades sociais, culturais e de lazer, proporcionando-lhes colônias de férias, viagens ao litoral, visitas a museus históricos, logradouros públicos, jardinagem e demais recreações. Proporcionando também o intercâmbio regional: Capital, litoral e interior, de forma a proporcionar o lazer aos associados e familiares.

PROJETO DE LEI Nº 577/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Centro Vivencial Rural - Projeto Novo Caminhar, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16.11.99

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Centro Vivencial Rural - Projeto Novo Caminhar, entidade filantrópica sem finalidade lucrativa, situada na Estrada Campestre Faxina (da Contenda), na Zona Rural, distrito Campo Largo da Roseira, na cidade de São José dos Pinhais, tem por finalidade desenvolver trabalhos promocionais e sócio-educativos.

Fundada em 18 de abril de 1998, com o objetivo de acolher, abrigar e desenvolver as potencialidades de crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco, conta com o apoio e a parceria da Associação Monte Sinais e da Associação da Igreja Metodista da Sexta Região.

Essa organização vem realizando trabalho de grande utilidade para a comunidade daquela região, o que pode ser constatado através do relatório de atividade. Cabe salientar que esta entidade já conta com a declaração de utilidade pública municipal.

PROJETO DE LEI Nº 579/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafeara, com sede no Município de Cafeara e foro no Município de Centenário do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, trata-se de uma sociedade civil de caráter assistencial que objetiva manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao treinamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Busca promover medidas que visem assegurar o ajustamento e bem-estar dos excepcionais.

Por tratar-se de medida de elevado teor social, contamos com o apoio dos nobres Pares do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 580/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Boa Ventura de São Roque, com sede no Município de Boa Ventura de São Roque e foro no Município de Pitanga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, trata-se de uma sociedade civil de caráter assistencial que objetiva manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao treinamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Busca promover medidas que visem assegurar o ajustamento e bem-estar dos excepcionais.

Por tratar-se de medida de elevado teor social, contamos com o apoio dos nobres Pares do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 581/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova

Santa Bárbara, com sede no Município de Santa Bárbara e foro no Município de São Jerônimo da Serra.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, trata-se de uma sociedade civil de caráter assistencial que objetiva manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao treinamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Busca promover medidas que visem assegurar o ajustamento e bem-estar dos excepcionais.

Por tratar-se de medida de elevado teor social, contamos com o apoio dos nobres Pares do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 582/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmital, com sede e foro no Município de Palmital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora pretendemos declarar de Utilidade Pública, trata-se de uma sociedade civil de caráter assistencial que objetiva manter e incentivar a criação de estabelecimentos especializados destinados ao treinamento, educação, habilitação, reabilitação e inserção social do excepcional.

Por tratar-se de medida de elevado teor social, contamos com o apoio dos nobres Pares do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 583/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Funcionários da Creche Municipal Cassiopéia - APFCMC, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Funcionários da Creche Municipal Cassiopéia - APFCMC, localizada à Rua Alberto Potier, 200 - Boa Vista, nesta Capital, pessoa jurídica de direito privado, vem desenvolvendo um importante trabalho com as crianças ali atendidas.

Dentro dos critérios estabelecidos pela Secretaria Municipal da Criança, a Instituição tem contribuído sobremaneira na educação de seus alunos e, sendo Instituição sem fins lucrativos não possui fonte de recurso próprio e sobrevive de doações e da boa vontade dos sócios e colaboradores da comunidade onde está inserida.

Pelo exposto e verificando pela documentação acostada a importância do trabalho realizado e a aptidão à ser declarada de Utilidade Pública, solicitamos o apoio dos nobres Pares ao presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 584/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação América Ponta-grossense Futebol Clube, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

O América Ponta-grossense Futebol Clube mantém várias atividades esportivas como escolinhas que funcionam para crianças até 12 anos e até 17 anos; as duas escolinhas com professores especializados na área, partindo para as competições que a Liga de Futebol de Ponta Grossa promove, participando de todas elas com as equipes mirim, infantil, juvenil, júnior adultos, femininos e veteranos.

O referido Clube conta ainda com campeonatos de sinuca, truco, bolão, tranca, tae-kwon-do, futebol suíço, futebol de areia, futsal, etc.

PROJETO DE LEI Nº 585/99

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica designado o Instituto de Criminalística do Estado do Paraná, como Instituto de Criminalística Perito Criminal Arlindo Blume.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.11.99.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Falecido em 15 de outubro de 1999, nesta Capital, o Perito Criminal Arlindo Blume, médico que exerceu por muitos anos a profissão junto ao Instituto de Criminalística do Estado do Paraná, nos traz a fazer esta proposição que o homenageia, dando seu nome àquele Órgão onde trabalhou e ao qual muito se dedicou.

Nos faz coro o corpo funcional do Instituto de Criminalística do Estado do Paraná, juntamente com o Instituto Médico Legal, conforme documentação acostada, junto com Curriculum Vitae do ora homenageado, documento do qual comprovamos sua vida dedicada à Criminalística do Paraná, tendo ele inclusive projetado e supervisionado a construção da atual sede do Instituto de Criminalística do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra, o Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nestes últimos dias nós tivemos uma grande movimentação, não apenas aqui nesta Casa, com as sessões plenárias, mas sobretudo com as comissões internas, cujos integrantes têm se desdobrado, na questão de horário, não medindo esforços no sentido de viabilizar as discussões e a liberação de projetos, para que eles possam vir a Plenário desta Casa, e até para que esta Casa dê uma satisfação aos segmentos da sociedade, interessados nas matérias, para que possamos terminar, limpar esta pauta num prazo bem curto, sem que haja necessidade de invocarmos um período extraordinário.

E neste sentido, quero dizer a V.Exa. que a Comissão de Constituição e Justiça, que é presidida pelo Deputado Basílio Zanusso, merece de todos nós, e em especial daqueles que integram a CCJ, os maiores elogios pela conduta que tem tido naquela Comissão, sensibilizando a todos nós, Parlamentares, para que apresentemos os nossos Pareceres para que se libere os projetos que são encaminhados para as outras comissões, a fim de que sejam discutidos, analisados e prontos para que venham à discussão política, neste Parlamento.

Mas, afora isso, Senhor Presidente, o final de semana foi bastante movimentado também, em que pese o ferido de ontem. Nós, por exemplo, estivemos, na última segunda-feira, percorrendo a região do Norte pioneiro, visitando amigos, conversando com lideranças comunitárias, lideranças políticas, ouvindo estas pessoas e trazendo estas reivindicações para a Assembléia. Reivindicações estas que estaremos apresentando nas próximas sessões.

Mas, ao mesmo tempo, queria dizer aos Senhores Parlamentares, que participei, na última sexta-feira, pela manhã, de um ato e de um fato bastante significativo. No momento em que se fala tanto em reforma agrária, se fala tanto na terra prometida e na terra mal distribuída, numa pequena cidade do Norte pioneiro, Município de Jundiá

do Sul, deu uma demonstração que quando há vontade política, quando há entendimento entre as partes, é possível que uma situação de invasão, uma situação de ocupação de terra, encontre solução.

Por exemplo, houve uma invasão já há mais de 5 anos numa área de uma fazenda improdutiva. E isto ficou numa discussão, numa questão jurídica e não se chegava a um denominador comum. Foi graças à sensibilidade do próprio proprietário desta área, que, convencido pelo Prefeito Walter Abras, que convencido pela vice-Prefeita, Ana Maria, que convencido pela comunidade religiosa da cidade, e aqui entra o cristão e o evangélico, todos acabaram encontrando a melhor solução possível, 2105 hectares de área improdutiva foi liberada para um assentamento, estão lá, hoje, 86 famílias, já plantando, já produzindo para a sobrevivência e o excedente para comercialização.

Isto foi realmente algo extraordinário que eu pude ver, sexta-feira, na cidade de Jundiá do Sul e deste assentamento através de um trabalho que nós fizemos aqui em Curitiba junto à Presidência da SANEPAR, junto ao pessoal do INCRA, há que se reconhecer de fundamental importância a participação do INCRA, que agilizou todo esse processo de assentamento, que possibilitou que ele pudesse ser concretizado e pudéssemos ver na última sexta-feira um momento de muita emoção, de muita sensibilidade, com a presença do Bispo da Cidade de Jacarezinho, Dom Conrado, com a presença de várias lideranças e portanto 86 famílias lá estão assentadas. E lá a SANEPAR fez a maior rede de abastecimento de água do Paraná, foram mais de 40 quilômetros de colocação de tubos, para que a água chegasse até esse assentamento e oitenta e seis famílias.

Por isso que digo, nesse mesmo assentamento também, no último sábado, inauguramos uma escola rural, que teve evidentemente a participação do Deputado Francisco Becker - "O Chico da Princesa", que liberou recursos ao Governo Federal, para que a escola rural pudesse ser ali também construída e inaugurada. Quer dizer, tivemos três inaugurações num pequeno assentamento de oitenta e seis famílias. Uma Igreja Católica, que ajudamos a levantar ali, ser construída, foi inaugurada. A escola rural que foi inaugurada e entregue com quatro salas de aulas, e ainda a colocação, a extensão da água levada para esse assentamento, na maior extensão de rede de água no Paraná, quarenta quilômetros.

Tudo isso, para mostrar aos Senhores Parlamentares, que quando há boa vontade, quando não há burocracia, quando não há o radicalismo, quando há o bom entendimento, é possível se resolver as questões, especialmente quando se pensa naquele que está lá, no trabalhador pobre, naquela família desamparada que não tem sua terra, que esperou por tanto tempo pela terra prometida e a terra não chegava. Lá em Jundiá do Sul, no Norte pioneiro do Paraná isto aconteceu, e que sirva de exemplo para esse Paraná e para o Brasil, que a

reforma agrária é possível sim, desde que haja boa vontade, sem radicalismo, sem violência também.

Era isso Senhor Presidente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, ainda no Pequeno Expediente, Deputado Hermes Fonseca.

O SR. HERMES FONSECA

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No mês de abril de 1999, o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Ciências e Tecnologia e Ensino Superior, pegou-nos de surpresa, e convocou todas as Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná, para assinarem um termo de autonomia das Universidades, e das Faculdades isoladas do Estado. Vou corrigir! Foi precisamente no dia 18/03/99. E no termo de autonomia que é um termo padrão utilizado pelo Estado com todas as universidades, ficou estabelecida a forma de repasse dos recursos às instituições de ensino superior. mensalmente em 10 parcelas, porque até então os meses de janeiro, fevereiro e março o Governo do Estado já tinha repassado nos moldes antigos. Repassaria os valores referentes ao custeio da instituição, já que a folha de pagamento é feita pelo próprio Estado.

No mês de junho formulei um requerimento a esta Casa e tive a resposta do Líder do Governo. A Secretaria informou ao Líder de forma muito evasiva. E naquela oportunidade já dizíamos que os recursos estavam sendo feitos de forma incorreta.

Hoje, 16 de novembro de 1999, a APIESP está reunindo nesta tarde todas as Universidades e Faculdades para debater o termo de autonomia, porque a Secretaria de Estado não vem cumprindo com as suas obrigações. Ou seja, não vem cumprindo com o disposto no § 3º da cláusula 1ª do Termo de Autonomia. Cito como exemplo a Faculdade de Filosofia; Ciências e Letras de Cornélio Procópio que deveria receber do Estado 153.126,00 reais mensalmente e não tem recebido. E até o momento a Faculdade de Cornélio Procópio tem para receber do Governo do Estado do Paraná a quantia de 126 mil Reais.

Pergunto aos Senhores Deputados, como é que se faz autonomia sem dinheiro? Como se dá a autonomia a uma instituição se não der os recursos financeiros para que possa exercer com plenitude, as prerrogativas do termo de autonomia?

Penso que a autonomia que o Secretário propôs às universidades e às instituições de ensino superior é uma autonomia de “cabresto”. Ninguém exerce a autonomia se não tiver recursos financeiros para tanto.

A Universidade quer saber apenas quanto ela tem no orçamento e quando o dinheiro vem. Se não for dessa forma é impossível à direção das instituições de ensino superior exercer a autonomia conforme estabelecido num termo proposto pelo próprio Governo do Estado do Paraná este ano. Estamos vivendo no Paraná, neste ano,

uma autonomia provisória. Ficou estabelecido neste termo de março, que as universidades e todas as demais instituições passariam por uma experiência, até 31 de dezembro de 1999, quando então a partir do ano que vem seria proposta a autonomia definitiva.

Mas se continuarmos caminhando desta forma, é impossível exercer a autonomia, uma luta antiga de todos os professores, de toda a comunidade universitária deste Estado, que precisa ter autonomia didática, autonomia científica, mas autonomia acima de tudo administrativa e financeira. Sem isso, não caminhamos para a melhoria do ensino superior do Estado do Paraná. Sem isso, é impossível o Paraná poder ter orgulho das suas instituições de ensino superior, porque não se faz nada e, principalmente, numa instituição que tem que prestar o seu serviço à comunidade, é impossível que ela faça alguma coisa de relevante, é impossível que ela prospere, é impossível que ela evolua sem que haja os recursos financeiros para atender as necessidades primeiras da Universidade, que é o seu próprio custeio.

Portanto, o que não podemos aceitar, nós da comunidade universitária, falo não como Parlamentar apenas, mas como também professor universitário, é que não se possa aceitar que esse dinheiro, que é da instituição, que é nosso que é da comunidade universitária, seja submetido à regra de condicionamento, ao jogo dos interesses da equipe econômica do Governo do Estado do Paraná.

Em todos os setores da administração pública estadual, temos percebido a insatisfação, de seus próprios gestores, dos seus próprios gerentes, porque a equipe econômica do Estado do Paraná, não repassa às instituições os recursos mínimos necessários para exercer plenamente a autonomia tão reivindicada e conquistada, de forma difícil pelas instituições de ensino superior do Estado do Paraná.

A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, fala muito, mas não garante nada. Fizera uma propaganda enorme na mídia deste Estado. Por muito tempo tanto antes da assinatura do termo de autonomia, como também após a assinatura deste termo, a Secretaria de Estado falou muito. Fez propaganda na televisão, fez propaganda com empresas especializadas de marketing, com folders, falou demais, mas não garante nada como não está garantindo até agora. Estamos chegando ao final do ano e todas as instituições do Estado do Paraná necessitam de uma definição urgente, não só do ponto de vista orçamentário, necessitam que o Governo do Estado repasse o dinheiro para atender às necessidades dos compromissos, que essas instituições estão honrando. Assumiram compromisso com a Secretaria do Estado, e estão fazendo a sua parte, é preciso também que o Estado faça a sua.

Não é possível exigir das instituições, das universidades, que cumpram as metas definidas, que garantam a oferta de vagas como está estabelecido no próprio termo

de autonomia se o Estado não repassa a parte que lhe cabe, que é exclusivamente do custeio da universidade.

Portanto, após esse pronunciamento, vou endereçar à Mesa um requerimento por escrito, para que a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, defina urgentemente e faça os repasses dos recursos financeiros, sob pena de todas as instituições de ensino superior do Estado do Paraná não fecharem o orçamento desse ano e não cumprirem - não só do ponto de vista orçamentário, com as obrigações financeiras contratadas e pactuadas junto aos seus fornecedores, seus clientes e junto à comunidade paranaense.

Portanto, aqui fica o meu registro, e peço o apoio de todos os parlamentares para que realmente possamos, através dessa Assembléia, exigir que o Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, possa fazer o repasse urgente às Universidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor Presidente, Deputado Nelson Justus, Senhores Deputados. Dois assuntos me trazem à tribuna no dia de hoje. Há dez dias atrás, o Presidente Fernando H. Cardoso convocou uma reunião de líderes do Congresso Nacional no Palácio Alvorada e membros da CPI do narcotráfico, que há cinco meses trabalha no Congresso Nacional.

O Congresso Nacional já teve, em duas oportunidades, que se debruçar sobre o envolvimento de parlamentares sobre o tráfico de drogas. Num episódio, o Deputado foi cassado, o Deputado Rabelo de Rondônia, onde uma pessoa estava com uma carteirinha de assessoria de Deputado. Foi pego em flagrante com 350 quilos de cocaína na Cidade de São Paulo e agora, há dez dias atrás, o Presidente da República parece que se deu conta de que no Brasil existe o crime organizado. Chamou uma reunião, depois que as notícias a respeito do envolvimento de autoridades de alguns Estados da Nação, como no caso do Maranhão e do Piauí, envolvidos no crime organizado, comandantes da Polícia Militar, Deputados, membros do Executivo desses dois Estados, sem falar no episódio que culminou com a cassação do Hildebrando Pascoal, do Acre, que já é notório, já é sabido do envolvimento das autoridades daquele Estado com o crime organizado: mandos de morte, roubos de carga, tráfico de drogas, contrabando de armas, crimes por encomenda, de toda natureza. A imprensa tem acompanhado sistematicamente o trabalho da CPI no Congresso Nacional.

O Presidente da República, mesmo que tardiamente, acho que acertou em demonstrar para a Nação que é preciso ter uma ação de envergadura para combater o crime organizado no nosso país, mas demonstrou uma conexão. Esta conexão já é um dado. Há uma conexão

entre o roubo de cargas, há uma conexão entre a venda de armas, contrabando de armas para o país, o tráfico de drogas e a lavagem de dinheiro. Quer dizer, a transformação desses recursos obtidos, tanto pelo contrabando de armas quanto pelo tráfico de drogas, a legalização desses recursos com empresas fantasmas, empresas “laranjas” que são criadas da noite para o dia, remessas de dinheiro são enviadas ilegalmente para paraísos fiscais. E essas empresas, depois, tomam empréstimos no exterior, legalizando esse dinheiro que é oriundo de uma forma ilícita.

Os trabalhos da CPI apontam que não há em todo o território brasileiro, quase nenhum Estado imune às ramificações do tráfico de drogas e do crime organizado em nosso país.

Recentemente o programa “Fantástico” e depois o “Jornal Nacional”, noticiou que um dos traficantes mais procurados pela polícia no nosso país, chama-se Fernando Beira-Mar, é um traficante de drogas conhecido no Rio de Janeiro, talvez um dos grandes comandantes do tráfico de drogas no país, está foragido da polícia e numa gravação telefônica que foi mostrada por esse programa “Fantástico” e depois o “Jornal Nacional”, ficou comprovado de que este rapaz tinha conexões na Cidade de Curitiba. Aqui no Bairro Fazendinha. Uma casa onde operavam agentes seus, do ponto de vista de fazer a contabilidade da remessa de dinheiro, etc.. E está provado através das gravações feitas por grampo telefônico, de que o Fernando Beira-Mar, a sua organização criminosa tem, ou tinha um Q.G. montado aqui na capital do Estado. E estou muito surpreso, Senhores Deputados, não sei porquê, mas estou surpreso porque os organismos oficiais do Estado do Paraná, a Secretaria de Segurança Pública e a Polícia Civil, no lugar de aparecerem na imprensa no sentido de corroborar com o desmantelamento desta grande correia que é o tráfico de drogas no Brasil inteiro, me parece - posso estar enganado - que o Secretário foi muito rápido, as investigações nem começaram direito, nenhuma das pessoas envolvidas no Estado do Paraná sequer foi ouvida ainda pela CPI. Estão arroladas algumas pessoas, são 17 pessoas que estão arroladas, são paranaenses que estão arrolados para fazerem os depoimentos lá na CPI do Congresso Nacional e o Secretário de Segurança Pública - contrariamente ao que disse o Governador do Estado - Jaime Lerner, que estaria disposto a corroborar de todas as formas para que fosse desmantelada essa operação criminosa em território nacional. O Secretário de Segurança Pública disse que no Paraná não havia problema nenhum, que ninguém estava envolvido e que não tinha ramificações do tráfico organizado de drogas no Estado do Paraná.

Achei, no mínimo uma precipitação do Secretário de Segurança Pública - Sr. Cândido Martins de Oliveira e nem começaram as investigações direito, a não ser que o Secretário tenha todas as investigações. Mas, pelo que me parece, a notícia que foi veiculada pela Rede Globo não foi fornecida pela Polícia Civil do Estado do Paraná - a gravação não foi fornecida pela Polícia Civil do Estado

do Paraná. Então noto uma certa preocupação da autoridade maior da Segurança Pública do nosso Estado, em tentar dizer, de alguma forma para o resto do Brasil ou pelo menos para os paranaenses, que no Paraná não há problemas a respeito do tráfico de drogas.

Fico mais surpreso, ainda, quando o recém Delegado Geral da Polícia Civil, o Sr. Noronha, vem dar uma declaração para a imprensa, agora recentemente, questão de dois dias atrás, dizendo o seguinte: -"Não se preocupem, no Paraná a droga apenas passa, o Paraná é ponto de passagem da droga a nível nacional".

O que o Delegado Noronha, que é um bom delegado, um bom policial, quis dizer com isso? Que a droga sai do Paraguai, da Bolívia ou sai de qualquer outro lugar, passa pelo Paraná voando, deveria passar ou voando ou pelo mar, mas como pelo mar não dá, então a droga passa voando e aqui não cai nenhuma carreira, nenhum pedacinho de pó de cocaína, não fica no Paraná, e nenhum tostão, nenhum dinheiro fica no Paraná.

Ora, qualquer pessoa de inteligência mediana sabe que se o Paraná é passagem de droga e o território do Paraná é muito grande, e não dá para ser apenas por via aérea, a droga passa por via terrestre, e passa bastante droga, qualquer pessoa medianamente informada, acompanhando notícias a respeito de crimes, de tráfico de drogas, a mais de 10, 15, 20 anos nesse nosso país, sabe que se a droga passa pelo Paraná há um envolvimento de setores, de pessoas, de paranaenses que aqui moram com a droga. O fato é este, que não foi uma quantia de 1 quilo de drogas, não foram 2 quilos de drogas, que esporadicamente foram apreendidos pela polícia federal. Mas, recentemente, numa fazenda, às margens do lago, lá no centro, na zona nobre de um empresário agricultor de alto renome na sociedade londrinense, tinha depositado na sua casa 300 quilos de cocaína, e não foi a Polícia Civil do Paraná que apreendeu, foi a Polícia Federal que apreendeu, porque o crime de tráfico de drogas é um crime federal, e a Polícia Federal, fazendo rastreamento disso no exterior e aqui no resto do Brasil, acabou caindo lá em Londrina.

Ora, será que o Secretário Cândido Martins de Oliveira tem conhecimento deste episódio? De que um grande empresário agrícola paranaense tinha nas suas dependências 300 quilos de cocaína? Será que o Delegado Noronha, que não é policial novato, já tem uma larga carreira de prestação de serviços e agora está na condução da Polícia Civil do Estado do Paraná, tem conhecimento que há 8 meses atrás, 300 quilos de cocaína foram apreendidos numa casa na zona nobre da Cidade de Londrina? Será que o Delegado Noronha sabe que há 4 anos atrás, um senhor aqui em Curitiba foi preso com 40 quilos de cocaína no seu escritório? Será que o Secretário Cândido M. Oliveira sabe disso? Ou o Secretário não sabe, está completamente desinformado e daí estão sendo muito precipitados em dar essas declarações, ou as autoridades do Estado do Paraná não estão querendo corroborar com o combate do tráfico

organizado de drogas neste país. Me preocupam essas declarações tanto do Delegado da Polícia Civil, quanto do Secretário Cândido Martins de Oliveira.

Mas vamos fazer de conta que o Delegado e o Secretário estejam realmente mal informados, muito mal informados, porque as notícias da imprensa dão cabo de que aqui no Paraná, vou ler as notícias da imprensa deste final de semana, o Secretário não leu:

"CPI investigará mortes de policiais no Paraná, dois delegados e quatro policiais".

"CPI faz devassa em casas de câmbio, das 17 casas de câmbio arroladas como lavagem de dinheiro, 11 casas de câmbio estão situadas no Estado do Paraná".

"CPI faz devassa em 11 casas de câmbio".

"Beira-Mar teve investimento no Paraná".

"Quadrilha clonava telefones".

Coluna de Claudio Monteiro, jornal "O Estado do Paraná", "Folha de Londrina": "Beira-Mar pode ter conexões em Londrina".

"Paraná pode ter levado dinheiro em Cali, é uma cidade conhecida na Colômbia, onde tem até um cartel chamado Cartel de Cali, conhecido internacionalmente como grande produtor de cocaína daquele País. E tem uma outra notícia de um depoimento de uma senhora que é acusada de ser namorada do Sr. Beira-Mar, que no depoimento da CPI, ela fala que o dinheiro dos narcotraficantes paranaenses serviu até para a eleição de um Deputado aqui no Estado do Paraná, financiamento de campanha aqui no Estado do Paraná, não disse se é Deputado Federal, ou se é Deputado Estadual. Mas, o depoimento da mulher do senhor Beira-Mar na CPI do Congresso Nacional, informa que um Deputado paranaense teve financiada a sua campanha com o dinheiro do narcotráfico.

Então, Senhor Presidente, estou preocupado, porque o Secretário de Segurança no lugar de dizer para o povo do Paraná e ao povo brasileiro que vai fazer todos os esforços e vai apurar as denúncias que estão purulando no Congresso Nacional a respeito do envolvimento de paranaenses, o Secretário de Segurança vem dizendo que no Paraná não há nada. E o Delegado da Polícia Civil que deveria ser o encarregado dessas operações de investigações, vem a público agora dizer que o Paraná não tem envolvimento nenhum, porque a droga só passa de avião aqui pelo Paraná.

Ora, me preocupam essas declarações das duas autoridades responsáveis em procurar esclarecer. Nesse sentido, estou propondo, hoje, duas medidas para o Poder Legislativo. A primeira delas é que a gente forme uma Comissão de Deputados para auxiliar, como em outras Assembléias Legislativas, no processo de investigação da CPI do Congresso Nacional. A CPI já tem uma notícia, que a CPI enviou esse documento uma solicitação para as Mesas Executivas de todas as Assembléias de todo o Brasil. Parece-me que pela imprensa, informação do Deputado Nelson Justus, que esse pedido veio ainda quando o Deputado Anibal Khury estava presidindo a Assembléia

Legislativa, depois disso teve o episódio lamentável da morte do ex-Presidente, e esse pedido da Comissão Parlamentar de Inquérito a nível de Congresso Nacional perdeu-se. Mesmo tendo se perdido, não restringe a nossa iniciativa de criarmos uma Comissão Especial, que o Regimento nos ampara, para que possamos assessorar e ajudar no processo de investigação, no combate ao crime organizado no nosso País.

Tenho certeza que aqui no Paraná há muito envolvimento ainda da Polícia Civil, da Polícia Militar, de setores empresariais com o tráfico de drogas no nosso Estado. Não há nenhum motivo para que eu acredite apenas na palavra do Noronha, que diz: “aqui no Paraná não tem problema de tráfico”. As notícias dos jornais e o retrospecto da própria Polícia Civil demonstram o contrário, que o tráfico de drogas aqui no Estado do Paraná é grande, muito grande.

Então, são duas medidas, Deputado Caíto Quintana, uma é a aprovação dessa Comissão Especial de Deputados para assessorar e acompanhar a Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo Deputado Morgan, a nível nacional.

A segunda medida é que convidemos um membro da CPI do Congresso Nacional, qualquer um deles, porque lá eles dividiram as investigações dos vários tipos de crimes que a CPI está investigando para que um dos membros da CPI do Congresso Nacional venha a esta Casa, reúna-se com a Comissão Especial e passe as informações para esta Comissão Especial, para que possamos ajudar a combater o crime organizado, tanto a nível nacional como aqui no Estado do Paraná.

Concedo um aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Apenas - sendo rápido, Deputado Ângelo Vanhoni, porque Vossa Excelência está abordando um assunto que casualmente ou por identificação de ações - estava pensando hoje pela manhã ao ouvir a entrevista do Padre Roque, da CBN, de conversar com os companheiros e propor este instrumento, que é regimental, que é uma Comissão Especial de Investigação. Menos que uma CPI, porém com poderes investigatórios.

E, me ocorreu por uma razão, quando instituímos, certa feita, uma CPI sobre Bingo, ela não avançou, não conseguiu chegar a lugar nenhum porque duas coisas eram fundamentais: quebrar o sigilo bancário; e outra, que o Imposto de Renda nos informasse se os grupos que estavam a explorar o Bingo estavam fazendo recolhimento de Imposto de Renda. Nas duas questões, tanto a Receita Federal como o Banco Central nos informaram oficialmente, e isso consta dos documentos da CPI, que as CPI's estaduais não poderiam pedir a quebra de sigilo bancário, apenas a CPI nacional pode fazê-lo.

Bom, se hoje está acontecendo uma CPI nacional, o grande momento para que a Assembléia Legislativa possa aportar a esta CPI com uma Comissão Especial de Investigação, de Inquérito, e se valer dos recursos que a

CPI federal tem para ela possa aprofundar assuntos que eventualmente tenhamos que levar.

E, Vossa Excelência tem tentado colocar, e aqui quero dizer aos Deputados de Situação e Oposição, o Governo do Estado, os órgãos de segurança pública do Estado do Paraná, a Secretaria de Segurança, não têm que ter nenhum constrangimento que se proceda uma investigação mais aprofundada a respeito do problema de tráfico no Paraná. Todos sabemos que o Paraná é vizinho de países que descuidam do tráfico de tóxicos e, seguramente, podemos ter sido uma vez um ponto de passagem e estamos hoje muito além de um ponto de passagem, estamos já comercializando aqui dentro e o quanto antes pusermos um fim nisso, tanto antes poderemos melhorar a qualidade do nosso Estado.

Sou francamente favorável ao que Vossa Excelência está a propor. Acho que é o grande momento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná trabalhar em conjunto com a investigação federal e auxiliar o Governo do Estado, a Secretaria de Segurança, a usar dos instrumentos que a própria CPI federal pode nos emprestar para varrermos do nosso Estado a presença do narcotráfico.

Então, Vossa Excelência coloca um assunto do momento, palpitante, importante, de suma responsabilidade e que o Paraná não pode, pura e simplesmente, dizer que aqui não tem nada, como se quiséssemos transparecer uma ilha de tranquilidade, quando sabemos que o tóxico devassa o interior e a Capital, trazendo cada vez mais viciados, o que é lamentável, inclusive em pequenas cidades do interior do nosso Estado, por culpa destes cafajestes que traficam tóxico e fazem com que ele entre até em colégios do Estado do Paraná.

Sou plenamente solidário a Vossa Excelência, e o momento é oportuno. Tem que ser agora!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Todas as informações que tenho dão conta que o consumo de drogas na Capital do Estado do Paraná e no Estado do Paraná, como um todo - Londrina, Maringá, Cascavel, Foz do Iguaçu - aumenta vertiginosamente. Então, não é possível que se trave um combate a nível nacional, para tentar diminuir o tráfico de drogas e a criminalidade organizada no nosso País, e que as autoridades responsáveis pela condução de investigações venham simplesmente dizer que no Paraná não há problemas. Me preocupa isso. O Noronha talvez não tenha querido dizer isso e nem o Secretário Cândido Martins de Oliveira tenha querido dizer o que disse, que não se preocupe o resto do Brasil, porque aqui no Paraná não há problema de tráfico de drogas.

Acho que há. Há muito consumo de drogas aqui. Muita droga vem para cá e muita gente ganha dinheiro com isso. E estas ramificações estão mais do que provadas; tem ramificações com o Rio, São Paulo, o tráfico da Bolívia, do Paraguai, com o crime de contrabando de armas e acho que temos que ajudar nesta investigação. É

impossível que fiquemos simplesmente assistindo o que está acontecendo em outros estados, onde a investigação está avançando por colaboração das autoridades, de instituições, como no caso da Assembléia do Rio de Janeiro, onde agora até uma Deputada está sendo arrolada como pertencente ao tráfico de drogas no Estado do Rio de Janeiro, têm Deputados que estão. Não é o caso da nossa, em que pese que há já uma denúncia, ainda que está tramitando no âmbito da CPI a nível nacional de que um Deputado do Estado do Paraná teve financiada a sua campanha pelo tráfico de drogas. Depoimento da mulher do Beira-Mar.

O Sr. Edgar Bueno

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Peço um aparte, Deputado, para dizer o seguinte: armas, cassino, bingos, Polícia Civil e Polícia Militar e traficantes: uma interligação muito grande e muito bem enraizada. Em cada cidade do Estado do Paraná temos pessoas ganhando muito dinheiro com o tráfico de drogas e viciando os nossos jovens, quer dizer, aumentando de uma maneira muito rápida o consumo de drogas no Paraná isto é ou uma grande irresponsabilidade ou a tentativa de acobertar possíveis bandidos, ou então é liberar para que o Paraná continue aumentando o seu consumo, aumentando o tráfico e com grandes traficantes com ligações muito fortes com autoridades do Paraná.

Todos nós devemos nos preocupar e eu acho que devemos envidar todos os esforços da Assembléia Legislativa para que a gente possa assessorar, denunciar, procurar aonde estão estes bandidos que estão desgraçando a Nação brasileira.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Agradeço o aparte do Deputado, que só enriquece e justifica ainda mais a necessidade deste embrião de colaboração com a CPI a nível nacional, que é esta comissão especial para ajudar no combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas no Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu apensei requerimento que ainda esta tarde deverá ser lido e espero obter dos Senhores Deputados a aprovação para este requerimento.

Rapidamente, Senhor Presidente, porque eu sei que o meu tempo está esgotando, V.Exa. está sendo benevolente, mas há questão de um mês atrás eu fiz uma denúncia a respeito da empresa TIM que controla tanto os telefones fixos quando os telefones celulares da TELEPAR no Estado do Paraná. São duas operadoras - uma é a Global e a outra é a TIM, concorrentes. A majoritária que tem quase 87% do mercado e dos assinantes do Estado do Paraná é esta empresa italiana, TIM.

A denúncia que eu trouxe na época é que ela cobra os serviços prestados por um telefone fixo. O Deputado Nereu Moura quando liga do seu telefone fixo para o telefone celular do Deputado Toni Garcia e se o telefone

do Deputado Toni Garcia estiver fora da área, quando aquela gravação disser que está fora da área é debitado na conta do telefone fixo do Deputado Nereu Moura os 30 segundos, 27 segundos da gravação do telefone celular do Deputado Toni Garcia.

Então, os senhores imaginem quantas ligações dia, a 27 centavos, Senhor Presidente, a cobrança disto, os senhores imaginem quantas milhares de ligações não ocorrem diariamente, porque o sistema de telefonia celular no Estado do Paraná ainda está embrionário, via de regra as ligações caem fora de área e este serviço prestado pela empresa telefônica é cobrado de quem não autorizou a cobrar que é o emissor de telefonia fixa que é o telefone, na hipótese, do Deputado Nereu Moura.

Então, são milhares e milhares de ligações, cobranças indevidas que estão sendo investigadas pelo PROCON do Estado do Paraná.

Na época eu propus que estava sendo criado naquele dia a Comissão Regimental de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa.

Parece-me, Senhor Presidente, que esta Comissão já está completamente constituída, é a informação que eu tenho que os Líderes já indicaram os representantes.

Então, a solicitação que eu faço é de que este requerimento que apesei à Assembléia Legislativo, seja enviado para a Comissão, para que ela, a partir de amanhã, já tenha o primeiro ponto de pauta na defesa do consumidor, de que faça todas as diligências necessárias para averiguar se essas cobranças estão sendo feitas de modo irregular, e cobrar dos responsáveis no caso se for devido.

O Sr. Ademar Traiano

V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Ouçó o vosso pronunciamento e quero dizer a V.Exa que na verdade tão logo esta Presidência comunicou à Casa da existência da Comissão de Defesa do Consumidor, instalando essa comissão, na qual eu acabei ficando na Presidência, por deferência dos Senhores Parlamentares, de imediato choveram denúncias dessa ordem como V.Exa. tem trazido a esse Plenário nesse momento, em outras oportunidades. E eu já quero comunicar aos Senhores Parlamentares que fazem parte dessa comissão, para, na segunda-feira pela manhã, não amanhã e nem depois de amanhã porque temos um membro da comissão que não está aqui em Curitiba, mas segunda-feira iremos então fazer a primeira reunião para começarmos fazer esse trabalho em prol do contribuinte paranaense, do consumidor paranaense, e vamos com certeza, já de imediato levarmos para a pauta essa sua preocupação.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Vou lhe entregar, Senhor Presidente, um dossiê que tenho a respeito das denúncias de cobranças irregulares

tão logo termine a Sessão. Estão aqui nas minhas mãos várias informações e um dossiê a respeito das cobranças irregulares da TIM TELEPAR Celular e da telefonia fixa.

Muito obrigado Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência apenas esclarece a respeito do discurso de V.Exa. no que diz respeito ao que foi noticiado pela imprensa.

Esta Presidência em momento algum recebeu qualquer requerimento, ofício ou correspondência da CPI do narcotráfico em Brasília. Realmente não recebemos absolutamente nada. E acho pertinente, perfeitamente pertinente, o requerimento que V.Exa. coloca à Mesa.

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ouvindo atentamente o pronunciamento do Deputado Ângelo Vanhoni, quantas vezes eu puder defender esse Parlamento vou defendê-lo através de dois programas de televisão que tenho, um no Paraná e um rede nacional. Aqui nós somos, esta Casa para mim é uma Casa honrada, decente, formada por Deputados de credibilidade, Deputados que têm famílias, que têm filhos e que jamais iriam jogar os seus filhos e as suas respectivas esposas na sarjeta por motivo de narcotráfico.

Parabenizo o Deputado, Presidente deste Parlamento, Nelson Justus, por dizer agora que esta Casa não recebeu nenhum comunicado a respeito de narcotráfico, mas parabenizo o Deputado Ângelo Vanhoni, que conhece a minha vida, que sou um ferrenho lutador, que enquanto eu tiver vida, vou dizer que traficante bom é traficante morto, ao invés de penitenciárias deveríamos construir mais cemitérios para acabar, enterrar o canalha, o ordinário que mata os filhos do Paraná e os filhos do Brasil. Digo isso, Senhores Deputados, com a vida limpa, com a vida clara, meu querido Deputado Vanhoni, porque já tive um problema desses na minha família e aqui muitas vezes já disse: lutei, chorei lágrimas de sangue para salvar um filho, derramei lágrimas de sangue, quando o telefone tocava à noite, eu não dormia. Fui ameaçado, fui seguido, mas consegui, Deputado Vanhoni, salvar a vida do meu filho. Devo isso ao ex-Governador Álvaro Dias, ao jornalista Fábio Campana, ao finado, meu irmão, amigo de fé, Deputado Anibal Khury e a tantos policiais honestos, que ajudaram a salvar o meu filho.

Digo aos Senhores, não passem o que passei na minha vida: derramei lágrimas de sangue. Muitas vezes, estava dormindo, o telefone tocava e eu tinha que sair correndo, porque o meu filho estava morrendo numa dose de cocaína!

A minha vida é um livro aberto, Deputado Nereu Moura, Vossa Excelência sabe disso. Não devo nada a ninguém. enquanto puder, vou lutar contra o narcotráfico.

Esta semana me seguiram e pedi ajuda da polícia - carro de Santa Catarina, porque ali vem a maior parte da cocaína para o nosso Estado, do Porto de Itajaí e agora de São Francisco. Anteontem foi preso aqui, um canalha, um vagabundo - o Deputado Chab sabe - com mais de 170 pedras de crack, que ele foi buscar num porto que tem em São Francisco.

Moysés Leônidas está aí e sabe da minha vida. Sabe o que passei em Londrina para salvar um filho. O Deputado Neivo sabe as lágrimas de sangue que derramei. Os Deputados Algaci, Hermas Brandão, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus e tanta gente sabe o que passei.

Deputado Ângelo Vanhoni, conte com o meu apoio. Enquanto eu viver e puder, neste Parlamento, defender a família, Deputado, meu irmão Waldyr Pugliesi, lutar aqui, nesta tribuna e no meu canal de televisão, contra o narcotraficante de gravata - não os pés de chinelo que são presos aí, os verdadeiros poderosos que estão atrás do narcotráfico - os senhores terão em mim um defensor das suas famílias.

Dou um conselho a quem tem filhos, nesta tarde, passem numa locadora e loquem o filme "Gina" - foi a maior "top model" dos Estados Unidos, minha querida Deputada Luciana. Ela foi fotografada por todas as revistas internacionais do mundo. Ontem, fui procurar este documentário, queria aprender mais e consegui achar. Ali, os pais narram a vida, o sucesso, a fama, o dinheiro e o inimigo fantasiado de amigo. Ela acaba perdendo toda a fortuna, carro, apartamento e entra na droga seca. Droga seca, Deputado, é a cocaína, usada nas narinas. E a droga molhada é aquela que é injetada. Aí, ela partiu para a droga injetada. Ali vai narrando a história e você começa a ficar enojado, revoltado, você levanta, você pensa, você calcula, as mãos começam a ficar geladas. Ela foi o primeiro caso de AIDS nos Estados Unidos, o primeiro caso foi o desta modelo. Aí aparece ela morta, e tanto é que quando foram tirá-la do hospital - é um caso verídico - levantam a modelo, a pele fica no lençol e a levam em carne viva.

E ali, um traficante é entrevistado, de costas, pela equipe de reportagem, ela queria morrer, terminar de se matar, roubou dinheiro do pai, da mãe, jóias, roubou tudo e foi ao traficante, comprar cocaína. O traficante não quis vender a cocaína, deu uma surra violentíssima nesta "top model" e ela foi internada. Ali ela acabou morrendo.

Então, aconselho a quem tem filhos aqui, procure este documentário e filme, ao mesmo tempo, chamado "Gina", a maior "top model" que já se teve conhecimento, nos Estados Unidos, que é uma aula. Assista você, sua senhora, seus filhos.

Para encerrar, enquanto for Deputado, enquanto for jornalista, um homem de televisão, vou lutar, com todas as forças da minha alma, contra a violência das drogas que mata! A nossa filha vira uma prostituta, uma mercantilista, e o nosso filho vira um cadáver ambulante para sustentar, através do roubo, o seu vício nas drogas.

Conte com este Parlamentar, Deputado Ângelo Vanhoni, doa a quem doer, porque prefiro uma verdade que me faça chorar, do que uma mentira que me faça sorrir.

Drogas, como disse um livro que tenho, nem o livro dele tem, o Deputado Beto Richa, nem o Deputado Beto Richa tem este livro, com vários depoimentos, o Senador Richa neste livro, colocou uma frase: "Droga é pior que uma herança nuclear!"

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Registramos com satisfação a presença, neste Plenário, dos Vereadores de Nova Prata do Iguaçu, Jânio Batista e Antônio Mazzei. Sejam bem-vindos.

Não há oradores inscritos no Horário das Lideranças. Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Sr. Deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 04 (quatro) de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles Mello, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia. **Retirado pelo autor.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/99, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre as ações e serviços de assistência farmacêutica, executadas, isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como da possibilidade de funcionamento de farmácia ou drogaria juntamente com outro ramo de atividade. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.S.P. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 262/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Anibal Khury, tem por objetivo dispor sobre as ações e serviços de assistência farmacêutica, executadas, isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como da possibilidade de funcionamento de farmácia ou drogaria juntamente com outro ramo da atividade.

A matéria já passou pela Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Saúde, retornando com emendas de Plenário a esta Comissão.

Sendo assim, somos de parecer favorável ao encaminhamento das emendas a Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Em votação o Substitutivo Geral.

O SR. MOYSÉS LEÔNIDAS (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, esse projeto teve a honra de ser Relator de algumas emendas e exatamente os dois Deputados que mais apresentaram emendas, que é o Deputado Orlando Pessuti e o Fernando Ribas Carli, hoje por questões, o Deputado Carli, por falecimento na Cidade de Guarapuava, e o Orlando Pessuti por viagem, os dois não estão aqui. Acho até uma forma elegante já que o Deputado Carli utilizou-se da tribuna e apresentou as emendas em função do depoimento que fez. Em respeito a esse pessoal que está aqui, que tem interesse. Em respeito até ao parecer que demos na Comissão de Justiça, fomos favoráveis as Emendas apresentadas porque elas melhoraram o Projeto. Em respeito até a população nossa no Paraná, que precisa ter alguém ligado a saúde, que tenha compromisso com a saúde, para não virar um mercado persa. Porque o projeto da forma anterior ou do jeito que estão querendo, eles querem fazer com que, qualquer estabelecimento venda remédio indiscriminadamente. Vai vender remédio, bebida alcoólica e roupa íntima de

mulher. Não é possível uma coisa dessas! Acho que seria de bom alvitre.

Queria até ponderar com os demais companheiros, com o Líder do Governo para que esse projeto fosse retirado de pauta por duas ou cinco sessões. Até esperar que os Deputados interessados estejam aqui, porque essa matéria ia entrar na sessão de quinta-feira, que não houve. Acho que seria elegante da nossa parte em respeito aos interessados que o objeto fosse votado na presença dos deputados que apresentaram as maiores Emendas. Então queria ponderar até com essa Presidência no sentido de que houvesse respeito, que votássemos daqui uma ou duas sessões ou que o projeto fosse retirado por duas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Infelizmente! Deputado Leônidas o projeto está em Regime de Urgência. Em fase de votação Vossa Excelência sabe perfeitamente que não podemos adiar ou retirar a votação do projeto em Regime de Urgência.

O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, em virtude de questão regimental, de não podermos adiar a votação desse projeto, proponho aos Senhores Deputados de que votemos contrários a esse projeto, porque esse projeto está cheio de imperfeições e deve ter um amplo estudo sobre essa questão. Então proponho e peço aos Senhores Deputados. Não é uma questão de Governo, é uma questão pessoal, de derrubarmos esse projeto e a partir daí, através da Comissão de Saúde, possamos apresentar um projeto aperfeiçoado e com todas as condições necessárias para que possam exercer esse comércio.

Muito obrigado.

O SR. NEIVO BERALDIN (Para Encaminhar)

Gostaria de cumprimentar o Líder do Governo do seu encaminhamento. Depois de um estudo profundo possamos ter um conhecimento melhor e sim elaborarmos um outro projeto.

Meu encaminhamento é para que os Deputados se manifestem contrariamente a esse projeto.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para Encaminhar)

Apenas para registrar, a Oposição quando apresentaram esse projeto fez uma série de questionamentos. Inclusive forçamos a retirada dele, porque da forma original era impossível a aprovação.

Hoje não tínhamos certeza de podermos aprovar emendas que corrigiam em parte o projeto. Havíamos tomado uma posição nas Oposições, de votar contrário o projeto na tentativa de sensibilizar os Deputados de base do Governo, para que acompanhasse essa decisão. E, se pudesse na sequência, fazer um projeto mais equânime com a necessidade do ramo farmacêutico.

Ficamos feliz em saber que o Deputado Valdir Rossoni faz um encaminhamento neste sentido também. Espero que esta Casa, por unanimidade, mostrando o seu alto grau de entendimento deste problema, demonstre pela unanimidade de seus Pares na rejeição do projeto, o cuidado que teremos que ter quando novamente viermos fazer outro projeto regulando esta questão tão melindrosa para a saúde pública.

Muito Obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (Para Encaminhar)

Quando o Deputado Fernando Ribas Carli juntamente com outros Deputados, apresentou as emendas a serem oferecidas ao projeto, nós as apoiamos. E, sabíamos que esse projeto, da maneira original, seria contra a saúde pública do Estado do Paraná. Não é admissível que verdura, frios, laticínios e ração para animal sejam vendidos junto com remédios para nós que somos humanos. As emendas modificativas do projeto apresentada por esta Casa fez com que, até o Líder do Governo, se posicionasse contra.

Vejo que agora estamos todos na mesma linha, que é do interesse público a ser defendido.

Muito Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência lembra que num primeiro momento iremos votar o Substitutivo Geral da Comissão de Saúde Pública. Se aprovado perfeitamente. Se rejeitado aí então votamos o projeto.

Os Deputados que aprovam o Substitutivo Geral da Comissão de Saúde Pública permaneçam como estão. **Está rejeitado o Substitutivo.**

Em votação o projeto. Os Deputados que aprovam o Projeto de Lei nº 262/99 queiram levantar-se. **Está rejeitado o Projeto.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 537/99, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães Filho, que declara de Utilidade Pública o Centro Presbiteriano de Proteção à Infância e a Maternidade de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 544/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação Casa Lar de São José dos Pinhais, com sede e foro no Município de São José dos Pinhais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que concede Título de Cidadão Honorário ao Doutor Costantino Roberto Cos-

tantini Frack. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 229/99, de autoria do Deputado Carlos Simões que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Almirante Tamandaré. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 229/99

Pela presente proposição de emenda, suprimem-se, da redação original do Projeto de Lei nº 229/99, os artigos 2º 3º e, do artigo 4º, que deverá ser remunerado como artigo 2º, supprime-se a expressão "... revogadas as disposições em contrário", conforme segue:

"Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação".

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

A proposição das emendas justifica-se ante a necessidade de sanear o projeto de lei relativamente à inconstitucionalidade contida no artigo 2º da proposta legislativa, porque invade competência legislativa municipal.

O artigo 3º, também apresenta inconstitucionalidade, consubstanciada no vício de origem posto que a iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública, é exclusiva do Governador, sempre que necessária aprovação do Poder Legislativo (artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual).

As providências administrativas decorrentes da aprovação deste Projeto de Lei, serão determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, no exercício do seu poder regulamentar e a participação municipal poderá ser objetivo de convênio firmado entre os chefes dos Poderes Executivos Estadual e Municipal.

A supressão da expressão final do artigo 3º "revogando as disposições em contrário", prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis, ditadas pela Lei Complementar 95/98. **O projeto retorna à C.C.J..**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/99, de autoria do Deputado Nelson Justus, que autoriza o Poder Execu-

tivo, através da Secretaria de Estado de Segurança Pública, a destinar sala própria, nas penitenciárias, delegacias de polícia ou nosocomio, para os advogados comunicarem-se com seus clientes. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 387/99

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a destinar sala própria nas Penitenciárias, Delegacias de Polícia e Nosocomios, para os advogados comunicarem-se, sigilosamente, com seus clientes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.99.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Hermes Fonseca, Luiz Carlos Zuk, Ademir Bier, Edno Guimarães.

O projeto retorna à C.C.J.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 465/99, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar na estrutura da Secretaria de Segurança Pública, uma Delegacia da Mulher no Município de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, emenda supressiva de Plenário, de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO PROJETO DE LEI Nº 465/99

Pela presente proposição de emenda, supprime-se, da redação original do Projeto de Lei nº 465/99, o artigo 2º, renumerando-se o artigo 3º como artigo 2º, suprimindo a expressão "revogadas as disposições em contrário", conforme redação a seguir:

"Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação".

Sala das Sessões, em 10.11.99.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoiamento:

Luiz Accorsi, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Nelson Garcia.

JUSTIFICATIVA:

A proposição da emenda, justifica-se ante a necessidade de sanear o projeto de lei relativamente à

inconstitucionalidade contida no artigo 2º da proposta legislativa, porque invade competência legislativa estadual.

A inconstitucionalidade esta consubstanciada no vício de origem, do processo Legislativo, porque atribuição de atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública, é de exclusiva competência do Governador, através de iniciativa de projeto legislativo para este fim, sempre que necessária a aprovação do Poder Legislativo (artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual).

As providências administrativas decorrentes da aprovação deste Projeto de Lei, serão determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, o exercício do seu poder regulamentar, e a participação municipal poderá ser objeto de convênio firmado entre os chefes dos Poderes Executivos Estadual e Municipal.

A supressão da expressão final do artigo 3º “revogando as disposições em contrário”, prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, ditadas pela Lei Complementar 95/98. **O projeto retorna à C.C.J..**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 487/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores do Trevo Marabá e Região, com sede e foro no Município de Tibagi. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 493/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública, o Albergue Noturno Luiza de Marillac, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 495/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública, o Grupo Folclórico os Lusíadas, com sede e foro na Cidade de Maringá. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/99, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Padre Marcelo Rossi. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 06, de 24.02.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 022/99

P A R E C E R :

Iniciativa do nobre Deputado Nelson Garcia, o Projeto de Lei em exame concede o Título de Cidadão honorário do Paraná, ao padre Marcelo Rossi, líder do Movimento da Renovação /Carismática Católica.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao seu trâmite nesta Casa de Leis, estando em condições de ser apreciada pelo Plenário.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer Favorável a mesma, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 06.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/99, de autoria do Deputado Beraldin, que concede Título de Cidadão Benemérito para o Senhor Francisco Simeão Rodrigues Neto, **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 86, de 03.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 393/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná, para o Senhor Francisco Simeão Rodrigues Neto, que ocupou o cargo de Secretário de Estado da Indústria e Comércio, no Governo José Richa.

Parecer:

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Conclusão:

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.10.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/99, de autoria do Deputado Duílio Genari, que autoriza o Poder Executivo a criar, através do DETRAN/PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Corbélia. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e C.S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 107, de 25.08.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 462/99

P A R E C E R ;

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Duílio Genari, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, através do DETRAN / PR, a Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) no Município de Corbélia, Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de parecer Favorável na forma de emenda corretiva, para melhor adequá-la às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.99

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

Carlos Simões - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA
PROJETO DE LEI Nº 462/99

O parágrafo único do artigo 1º do presente projeto de lei passa a vigor com a seguinte redação:

“Parágrafo Único - Ficam incluídos os Municípios de Anahy, Braganey e Iguatu, na área de abrangência da CIRETRAN do Município de Corbélia”.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA.
PROJETO DE LEI Nº 462/99

P A R E C E R :

RELATÓRIO:

De autoria do Senhor Deputado Duílio Genari, o presente projeto de lei tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a criar, através do DETRAN, a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN, no Município de Corbélia.

FUNDAMENTAÇÃO:

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende a importância da reivindicação, visando melhorar o atendimento à população de Corbélia e seus municípios vizinhos.

CONCLUSÃO:

Diante do exposto, somos de parecer favorável, na forma da emenda corretiva em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.10.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

Edson Strapasson - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/99 de autoria do Deputado Tony Garcia, dispõe sobre o Calendário Escolar da Rede Pública do Ensino de 1º e 2º Graus do Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 133, de 05.10.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 503/99

P A R E C E R :

O projeto de lei visa adequar as férias escolares e o calendário escolar da rede e ensino fundamental e médio do Estado do Paraná, à situação do desenvolvimento turístico das diversas comunidades.

De fato, a Lei Federal nº 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), flexibilizou o calendário escolar, permitindo que os diversos sistemas regionais organizassem a melhor forma possível, e dentro de suas peculiaridades, desde que respeitados no mínimo duzentos dias letivos.

Do exposto, o presente projeto de lei possui condições para sua tramitação legislativa.

Voto favorável.

Sala das Comissões, em 26.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

BETO RICHA - Relator

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pela Ordem, Deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor Presidente, no entendimento com o Deputado que é o autor do projeto de lei, Deputado Tony Garcia, nós deixamos passar em primeira discussão, porque o projeto não passou pela Comissão de Educação e é uma matéria que nós integrantes da Comissão, temos discutido a fundo que é as alterações que são do calendário escolar.

Portanto, evidentemente, que amanhã não deverá constar na Ordem do Dia para que regresse à Comissão de Educação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

Sobre a mesa, Requerimento nº 2433, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, com apoio dos Senhores Deputados Renato Gaúcho, Luiz Carlos Martins, Edgar Bueno, Edson Strapasson e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Devolva-se ao autor para refazer requerimento separando as matérias do presente.**

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Para Encaminhar**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não há encaminhamento.

Esta Presidência, com base nos parágrafos 2º e 3º do Artigo 124 do Regimento Interno, deixa de receber o requerimento, por entender que nesta proposição existe mais de uma matéria, portanto, proibido pelo Regimento.

Assim sendo, devolvo ao requerente para que ele refaça separadamente o requerimento.

Com a palavra, o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Bom, Senhor Presidente, a minha sugestão, e pensei que V. Exa. não iria dar exatamente esse encaminhamento que V. Exa. deu. A minha sugestão é que o Presidente da Comissão de Segurança retire simplesmente “comprar equipamentos” e coloque de Segurança retire simplesmente “compras de equipamentos” e coloque especificamente “compra de jaquetas superfaturadas” pela Polícia Militar.

Já tem assinaturas suficientes e que a Assembléia Legislativa investigue este episódio que é fartamente noticiado e há inquérito no Ministério Público sobre este episódio na Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência devolve o requerimento ao autor, após a Sessão, para que ele refaça ou providencie outro requerimento, uma vez que esse já está mais do que rabisado.

Com a palavra, o Deputado Ricardo Chab.

O SR. RICARDO CHAB

Presidente, se eu entendi, o senhor vai devolver, para que eu refaça o requerimento, colocando especificamente o caso das jaquetas. É isso?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Pode até, baseado nos requerimentos de V. Exa., que entre com três ou quatro assuntos diferentes.

O SR. RICARDO CHAB

Amanhã entrego à Mesa um novo requerimento. Vou ter que recolher novas assinaturas?

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Imagino que sim.

O SR. RICARDO CHAB

Está ótimo.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

V. Exa. citou o Artigo 124. Quais os artigos que a Mesa se amparou para não receber o requerimento do Deputado Chab.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O Artigo 124: (**Lê o Artigo 124 do Regimento Interno**)

O SR. ÂNGELO VANHONI

Gostaria que V. Exa. que dissesse quais são as duas proposições constantes neste pedido que são conflitantes,

porque compra de jaquetas é compra de equipamento para a Polícia Militar.

Então se o entendimento da Mesa for em função de qualquer ambigüidade, solicito que V. Exa. submeta ao Plenário, porque eu não vejo conflito. Compra de jaqueta, Senhor Presidente, é aquisição de equipamento de trabalho para a Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu não teria dificuldade nenhuma em submeter ao Plenário até porque quero crer, quero imaginar que não se trata de questão de interpretação, nem de semântica e nem de hermenêutica. O requerimento é claro, Deputado Ângelo Vanhoni. Polícia Civil é uma coisa, Polícia Militar é outra, equipamento é uma coisa, jaqueta é outra. O requerimento é, sem dúvida nenhuma creio que o próprio autor concorda: amplo e fere o Regimento Interno.

Requerimento nº 2446-A, de autoria do Senhor Deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2398, de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2399 a 2402, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2403, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2404 a 2409 e 2411 a 2414, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2415 e 2416, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2427, de autoria do Senhor Deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2428, de autoria do Senhor Deputado Edgar Bueno, com apoio dos Senhores Deputados José Maria Ferreira, Nereu Moura, Luciana Rafagnin e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).**

Requerimentos nºs 2429 e 2430, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin e Péricles Mello, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2431, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2445, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **À Comissão de Defesa do Consumidor.**

Requerimento nº 2432, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2437 e 2438, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2434, de autoria do Senhor Deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Não aceito pela Mesa.**

Requerimentos nºs 2439 e 2440, de autoria do Senhor Deputado Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2442, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2444, de autoria do Senhor Deputado Albanor Gomes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2446, de autoria do Senhor Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2441, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Em Discussão.**

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem)

Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155, do Regimento Interno.

Esta Presidência antes de encerrar a Sessão ratifica o convite a V. Exas. e faz até uma explicação muito rápida para a convocação da Sessão Extraordinária, hoje às 19:00 horas, nós assim procederemos durante, até a nível de experiência, em conversa que tivemos com todas as lideranças para justificar, sem ônus para esta Casa, para que apressemos um pouco a pauta das nossas votações, até porque constantemente temos obedecido a situações de permanência nas comissões e ao tempo em que enalteçamos o trabalho das Comissões Permanentes da Casa.

Desta forma, poderemos perfeitamente termos Sessões à tarde, Sessões Extraordinárias e Sessões Extraordinárias no período noturno com início às 19:00 horas.

Portanto, fica marcada para o dia de hoje a primeira Sessão Extraordinária no período noturno.

O SR. BERALDIN (Pela Ordem)

Senhor Presidente, eu apenas gostaria de chamar atenção dos Senhores Deputados da importância do pro-

jeto que está em pauta na sessão de hoje às 19:00 horas, que é um projeto de lei que trata da questão dos recursos hídricos do Estado do Paraná. Este é um projeto de fundamental importância especialmente para os deputados metropolitanos. Esses deputados que são de Curitiba e da região metropolitana deverão prestar muita atenção no momento que vão votar esse projeto porque estamos dando uma autonomia total e absoluta para o Poder Executivo, para que ele administre os recursos arrecadados nas bacias da região metropolitana e do Estado do Paraná como um todo, quer dizer, todos os recursos irão para o Fundo, que é o Fundo do Tesouro do Estado do Paraná e a ele caberá devolver esse dinheiro, aplicação desses recursos nas bacias.

Vamos dizer: Curitiba, Bacia do Iguaçu arrecada X, a Bacia do Ivaí arrecada Y, quem coloca por essa lei que vamos votar hoje às 19:00 horas, quem colocará o Conselho para deliberar sobre aplicação ou a reaplicação desses recursos é o Poder Executivo através de Decreto. E também esses recursos não estarão garantidos para as Bacias arrecadadoras porque o Governo coloca um dos artigos do projeto que o dinheiro vai para a Secretaria da Fazenda, que poderá ser pago o empréstimo da dívida nacional ou internacional.

Portanto é um assunto de extrema importância que eu chamo atenção de todos os Senhores Deputados e que se puder vou apresentar uma Emenda a este Projeto.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem)

Sr. Presidente, não pedi com esta intenção, mas o Deputado Beraldin levantou o assunto, acho que o Deputado perdeu a grande oportunidade de discutir com total conhecimento de causa que tem, todo projeto que tramitou em várias comissões, inclusive na última semana, num trabalho e esforço da Comissão de Constituição e Justiça, nós pudemos avaliar e reavaliar algumas posições do projeto, melhorando substancialmente esta lei, tenho certeza que a Assembléia não vai fazer um projeto de lei, não vai regulamentar uma lei para a região metropolitana, muito embora, seja eu um deputado de Curitiba e da região metropolitana.

Fizemos um projeto para o Paraná, para que o Paraná tenha, realmente, preocupação com a questão da água. E nós no decorrer da discussão do Projeto vamos poder esclarecer direito a situação.

Mas, eu fiz, Sr. Presidente a questão de ordem para cumprirá-lo pela posição tomada, porque foi sempre também a minha vontade de deixarmos de ser estanques no horário de sessões da Assembléia. São duas e meia, tem quorum? Não tem. nesse dia não tem sessão. No Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados em outras Assembléias se inicia o processo da Sessão, se não tem quorum marca para daqui a 10 minutos, daqui a meia-hora, porque, afinal de contas, o Deputado está aqui para participar da Sessão.

Então, o fato de V.Exa. fazer sessões à noite vão ao encontro a nossa vontade, ao nosso interesse para que a

Assembléia não tenha um dia, dentro dos dias normais de sessões, sem ter a sua sessão.

Muito obrigado!

O SR. BERALDIN (**Pela Ordem**)

Quero apenas indagar a V.Exa. se será permitido emendas ao projeto, desde que ele está em 2ª discussão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Lamento informar a V.Exa. que não cabe mais emendas a este projeto.

O SR. BERALDIN

Mas, Sr. Presidente, veja o seguinte: fomos tomados de surpresa, o projeto está em 2ª discussão e já sem direito a Emendas. O projeto quando está em 2ª discussão e já sem direito a emendas. O projeto quando está em 2ª discussão deve ter o direito a Emenda, sempre foi assim, não sei o que mudou, inclusive, está encerrada a discussão. Quer dizer, é um projeto que está na Ordem do Dia, em último análise quem aprova o projeto são os Deputados, mas eu entendo que nós devíamos ter o direito de apresentarmos as emendas que acharmos necessárias, como sempre foi.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Apenas quero responder ao Deputado Beraldin. Esse projeto foi exaustivamente debatido nesta Casa, quero até louvar aqui o trabalho feito pela Comissão com a permanente discussão com os membros da Secretaria de Planejamento que aqui estiveram por diversas vezes, tanto em audiências públicas e ainda mais durante esta semana fizeram um plantão fixo aqui nesta Casa conversando, orientando, tirando dúvidas dos Deputados para que não houvesse mais a necessidade de voltarmos a um ciclo vicioso, até porque se está em Regime de Urgência, se a matéria está em 2ª Discussão.

O SR. BERALDIN

Exatamente no momento em que se pode apresentar emendas.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não. Em 2ª votação não cabe mais emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu acredito que a procuração do Deputado Neivo Beraldin, ela é pertinente, mas em hora errada. O Deputado Beraldin teria que ter se preocupado no momento em que nós pedimos ao ex-Presidente Anibal Khury que segurasse este projeto na Presidência, foi um pedido de alguns Deputados, até que fosse discutido com a sociedade.

A Secretaria de Planejamento preocupou-se em fazer um Simpósio, fez uma ampla negociação com as entidades que, por exemplo, a Ocepar, que é a entidade que representa todas as cooperativas do Paraná. Veio o

Projeto para esta Casa, na CCJ foram recebidas várias emendas do Deputado José Maria, do PR, de vários Parlamentares, sempre com a presença dos técnicos que tinham profundo conhecimento desta questão. Este é um Projeto que verdadeiramente foi discutido na exaustão.

Lamentavelmente essa história que Deus não protege quem dorme, acho que até deveria de proteger, porque, mas infelizmente o Deputado Neivo Beraldin levanta uma questão no momento em que vamos votar o projeto e deixou a oportunidade escapar. Por isso, não aceitamos os argumentos do Deputado Neivo Beraldin. E digo a V.Exa., sem sombra de dúvida, eu acredito que teremos, inclusive, votos de Deputados de Oposição que contribuíram em muito para o aperfeiçoamento desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o Deputado Beraldin.

O SR. BERALDIN

Muito obrigado pela deferência.

Apenas, a minha emenda quer o seguinte: que cada microbacia seja aberta uma conta e depositada nesta conta o valor arrecadado da microbacia, em cada região. Como está, os recursos irão para a Secretaria da Fazenda, a Secretaria do Meio Ambiente é o órgão gestor pedinte à Secretaria da Fazenda que execute determinados projetos com determinados recursos, sendo que o Governo poderá aplicar estes recursos em outras atividades do Governo. Esta é a nossa grande questão!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

A Mesa convida os debatedores para a sessão das 19:00 horas, quando, sem dúvida nenhuma, vamos debater.

Mas, quero lembrar uma coisa: fiz questão que esta matéria viesse à pauta o mais rápido possível, até porque sabedor de todas as amplas discussões e participações dos Deputados das diferentes correntes nesta Casa, para que pudéssemos trazer este projeto de tamanha envergadura. Mas discutiremos na sessão das 19:00 horas.

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Antes de Vossa Excelência encerrar, solicito um esclarecimento, para que Vossa Excelência, enquanto Presidente, possa encaminhar à assessoria da Casa.

Aprovei um requerimento há trinta dias. Foi aprovado por unanimidade e teve aparte do Deputado Algaci Tulio e outros Deputados, e Vossa Excelência também se manifestou a respeito. Ele diz respeito à participação daquele empreendimento no Porto de Antonina, onde os holandeses participaram, abandonaram, pessoas ficaram sem receber, dívidas trabalhistas e uma porção de coisas.

Já fazem trinta dias e até agora não obtive as respostas por parte da Secretaria de Transportes, que é a Secretaria, hierarquicamente, que comanda a administração dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Então, gostaria que Vossa Excelência notificasse a Secretaria ou o Porto de Paranaguá e Antonina porque até agora não recebi as informações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Totalmente pertinente, até porque eu tinha certeza que Vossa Excelência já tinha recebido a resposta.

Vou agilizar isto pessoalmente para que ainda esta semana Vossa Excelência tenha esta resposta.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma Sessão Extraordinária para as 19:00 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/99.

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/98.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 503/99.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 153, 304, 331 e 467/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 022, 393 e 462/99.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 100 e 249/99; do Projeto de Lei Complementar nº 497/99 e dos de Lei nºs 542 e 561/99.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EDGAR BUENO, COM APOIAMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS JOSÉ MARIA FERREIRA, NEREU MOURA, LUCIANA RAFAGNIN, PÉRICLES MELLO, CAÍTO QUINTANA, LUIZ CARLOS ZUK, HERMES FONSECA, EDSON STRAPASSON, ADEMIR BIER, WALDYR PUGLIESI E ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 1999.

“O problema da Dívida

Gazeta do Povo

A revelação de que, nos últimos 12 meses, 16 mil postos de trabalho foram fechados na construção civil em decorrência da paralisação de obras pública no Paraná é motivo de grande preocupação. O número é superior, por exemplo, ao de empregos diretos gerados no mesmo período pelas montadoras de automóveis instaladas na Região Metropolitana. Se, por um lado, é alentador verificar que a política de atração de indústrias amenizou o drama social do desemprego no Estado, por outro, é triste constatar, concretamente, quão maléficos são os efeitos do desequilíbrio das contas públicas. Se alguém tinha dúvidas sobre isso, o debate que este jornal promoveu entre o Secretário dos Transportes, Hanz Herwig, e o novo presidente da Associação das empreitadas de Obras Públicas do Paraná (APEOP), Gilberto Piva, tratou de deixar indesmentivelmente claro.

Segundo dados da APEOP, o Governo estadual já acumula uma dívida junto às empresas do setor da ordem de R\$90 milhões, dos quais R\$50 milhões concentrados na Secretaria dos Transportes. Este débito, que já levou várias empreiteiras à falência ou à simples paralisação de seus negócios, é resultado principalmente da incapacidade do Estado de arrecadar montantes suficientes para cumprir as previsões de investimento aprovadas no Orçamento. Isto é, arrecada-se muito menos do que o necessário para cobrir os custos de obras licitadas e contratadas. E entre atrasar o pagamento da folha de pessoal ou deixar de manter outros serviços públicos essenciais, o governo tem preferido não pagar as contas assumidas com as empreiteiras e suspender novos investimentos.

Não deixaria de ser uma estratégia justificável, não fosse o fato de apenas encobrir, ou de ‘levar com a barriga’, um dos problemas mais graves do país atualmente - qual seja, a insolvência dos Estados e municípios, que os impossibilita de cumprir o papel que deles exige a sociedade. Na medida em que investimentos importantes, sejam eles em estradas, em escolas ou em programas de fomento, são paralisados, adiados ou suspensos, compromete-se o desenvolvimento e criam-se perigosos vácuos sociais.

Há pelos menos três claras medidas que precisam ser tomadas para o enfrentamento desta situação. A primeira delas, sem dúvida a mais urgente, é a reforma tributária. Através de um novo, moderno e eficiente sistema tributário é possível avançar no sentido de restabelecer as condições mínimas de equilíbrio das contas públicas, garantindo uma distribuição mais justa da arrecadação de impostos entre os três níveis executivos, proporcionalmente aos seus respectivos encargos.

Outra medida que, neste sentido, se revela imprescindível, é a Lei de Responsabilidade Fiscal - instrumento que deverá obrigar, sob imposição de penas aos administradores relapsos, pródigos ou corruptos, a correta aplicação dos recursos públicos. Trata-se de uma forma de induzir os governos a se limitarem a gastos absolutamente suportáveis, a melhor planejar suas ações

e a escolher prioridades com a menor interferência possível de motivações de caráter eleitoreiro.

A terceira medida, muito mais abrangente e que requer atitudes políticas corajosas, é a rediscussão do papel do Estado. Nesta questão, está embutida a idéia da necessidade de reduzir suas atribuições apenas ao essencial e indelegável - isto é, as de fazer o planejamento estratégico, de promover o fomento econômico e de cuidar da educação, da saúde, da segurança e da moradia. O resto pode e deve ser objeto de interesse e de investimentos da empresa privada, como, aliás, vêm provando as economias mais desenvolvidas e abertas do mundo.

O que não mais é possível é continuidade do quadro de desequilíbrio parcialmente retratado pelo primeiro debate sobre o assunto promovido pela Gazeta do Povo. O desequilíbrio das contas públicas não ameaça apenas a saúde das empresas, mas, como vimos, compromete o próprio desenvolvimento e redundam em graves problemas de ordem social. Atitudes de contemplação e de conformismo não colaboram para resolver a situação. É preciso discuti-la e agir rapidamente para superá-la.

Ato da Diretoria Geral:

PORTARIA Nº 042/99 - DAT

Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no Artigo 10 da Lei nº 12.400 de 30 de dezembro de 1998.

R E S O L V E :

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 12.400 de 30 de dezembro de 1.998 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESA:

Código	Valor
45906100	1.600.000,00
Total	1.600.000,00

ACRÉSCIMO DA DESPESA:

Código	Valor
33903900	1.600.000,00
Total	1.600.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 05.11.99.

(aa) ABIB MIGUEL- Diretor Geral

Visto:

HERMAS BRANDÃO - Primeiro Secretário